

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA UAB

**UMA AVALIAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL COMO POLÍTICA PÚBLICA**

Renata Lauermann

Porto Alegre  
2019

Renata Lauermann

# **UMA AVALIAÇÃO DO REUNI NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL COMO POLÍTICA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública UAB da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Porto Alegre

2019

## RESUMO

Com o propósito de criar condições para ampliar o acesso e a permanência na educação superior, aumentar a qualidade dos cursos e otimizar recursos estruturais e humanos existentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o Governo Federal criou, no ano de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diante disso, este trabalho tem como objetivo avaliar o Reuni como política pública de financiamento para a expansão da Universidade Pública aplicado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir da adesão da UFRGS ao Reuni como política pública ligada à educação superior, tratamos de avaliar como se deram a constituição, a implementação e os impactos do programa no interior da Universidade. Com base nos dados coletados, através de análise documental e entrevistas, foi possível traçar a relação entre os objetivos pretendidos com o processo de constituição do programa. Apesar da estrutura e do aparato que envolveu o Reuni, observamos que a discussão ficou mais direcionada para o compromisso com a expansão de vagas na graduação do que com a reestruturação acadêmica proposta, podendo comprometer a qualidade do ensino superior ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Reuni. Expansão. Gestão Universitária. Avaliação.

## RESUMEN

Con el propósito de crear condiciones para la ampliación del acceso y de la permanencia en la educación superior, aumentar la calidad de los cursos y optimizar recursos estructurales y humanos existentes en las Instituciones Federales de Enseñanza Superior (IFES), el Gobierno Federal creó, en el año 2007, el Programa de Apoyo a los Planes de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales - Reuni. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo evaluar el Encuentro como política pública de financiamiento para la expansión de la Universidad Pública aplicado en la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir de la adhesión de la UFRGS al Reuni como política pública ligada a la educación superior, tratamos de evaluar cómo se dio la constitución, la implementación y los impactos del programa dentro de la Universidad. Con base en los datos recolectados, a través de análisis documental y entrevistas, fue posible trazar la relación entre los objetivos pretendidos con el proceso de constitución del programa. A pesar de la estructura y aparato que involucró al Reuni, observamos que la discusión se centró más en el compromiso con la expansión de vacantes en la graduación que con la reestructuración académica propuesta, pudiendo comprometer la calidad de la enseñanza superior a lo largo del tiempo.

**Palabras clave:** Educación Superior. Reuni. Expansión. Gestión Universitaria. Evaluación.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Quadro 1 – Dimensões e objetivos do Programa REUNI

Quadro 2 – Evolução das matrículas na UFRGS

Quadro 3 – Evolução das vagas no Concurso Vestibular/UFRGS

Quadro 4 – Novos cursos

Quadro 5 – Curso em nova modalidade de formação

Quadro 6 – Vagas Docentes

Quadro 7 – Vagas de Servidores Técnicos

Quadro 8 – Análise de conteúdo da categoria Planejamento com menção positiva

Quadro 9 – Análise de conteúdo da categoria Implementação com menção positiva

Quadro 10 – Análise de Conteúdo da categoria Impactos com menção positiva

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
COMGRAD	Comissão de Graduação
CONSUN	Conselho Universitário
CPD	Centro de Processamento de Dados
DCE	Diretório Central de Estudantes
EAD	Ensino a Distância
ESEFID	Escola de Educação Física
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROGRAD	Pró-Reitora de Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SEAD	Secretaria de Educação a Distância
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
Políticas Públicas na Educação Superior.....	12
Avaliação de Políticas Públicas .....	15
OBJETIVOS .....	23
Objetivo geral.....	23
Objetivos específicos .....	23
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
REUNI – REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS APLICADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL .....	27
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFRGS .....	31
IMPACTOS RESULTANTES DA IMPLEMENTAÇÃO PROGRAMA REUNI NA UFRGS.....	36
Impactos de expansão .....	36
Ampliação de vagas em cursos existentes .....	39
Impactos Acadêmicos .....	40
Impactos Sociais .....	45
Impactos na Infraestrutura Física e Humana .....	46
AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTOS DO PROGRAMA REUNI NA UFRGS.....	50
Planejamento .....	50
Implementação .....	54
Impactos .....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
REFERÊNCIAS.....	64
OBRAS CONSULTADAS.....	67
ANEXO.....	69

## INTRODUÇÃO

A proposta do presente trabalho é avaliar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) na qualidade de política pública voltada à ampliação da educação superior pública e executada pelo governo brasileiro. Trata-se de uma agenda originária dos segmentos em defesa da educação superior pública. O tema central é debater o Reuni como política pública de financiamento da expansão da Universidade Pública aplicado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a partir do enfoque de avaliação de política pública, analisando planejamento, implementação e impactos.

Neste estudo, será considerado o debate de políticas públicas entendidas como uma estratégia do governo composta de planos, projetos e documentos que contêm as diretrizes para os diferentes setores sociais, econômicos e políticos da sociedade, tendo presente que, quando nos referimos à avaliação de políticas, não podemos desconsiderar que os embates se travam já no momento da formação da agenda, isto é, no momento de decidir as políticas a serem consideradas no sistema de proteção social.

O problema de pesquisa está delineado no seguinte questionamento: a partir de uma avaliação do programa Reuni como política pública ligada à educação superior, como se deram a constituição, a implementação e os impactos do programa na UFRGS? Através desse questionamento, a construção da pesquisa busca demonstrar os dados coletados relacionando-os ao processo de construção do programa no interior da Universidade.

Uma das justificativas que embasam o trabalho de pesquisa diz respeito à dimensão e à abrangência do programa. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as Universidades Federais promovessem expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e concluída até 2012. Tendo em vista as metas e os objetivos do Programa, a partir da adesão na UFRGS, se faz necessário retomarmos o processo de constituição e implementação dessa política pública no interior da própria Universidade. O compromisso social do programa vai para muito além de metas quantitativas, por isso

a importância de olharmos com cuidado como a aplicabilidade do Reuni se deu na UFRGS.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul teve a maior expansão em 80 anos de história através da adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), iniciado em 2007. Mais de 60 obras foram listadas no projeto para dar estrutura à ampliação de 30% nas vagas do vestibular até 2012. Foram criadas 1,3 mil vagas no vestibular nos primeiros cinco anos do programa. Até 2007, ingressavam na UFRGS 4,2 mil calouros; ao final de 2012, a ampliação de vagas ofertadas alcançou 5,5 mil, e parte da ampliação de vagas se deu a partir da incorporação ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (UFRGS, 2012).

Houve uma intensa transformação da UFRGS quanto ao tamanho e à responsabilidade social perante sua comunidade, justificando a avaliação do programa Reuni quanto política pública de importante relevância sócio-educativa. Se faz necessário investigar como que tal programa tomou fôlego e forma no interior de uma Universidade, bem como qual a avaliação dos gestores envolvidos em sua constituição e em sua implementação.

Conforme o Relatório Reuni 2012 (UFRGS, 2012), o crescimento da Universidade no processo do Reuni sinaliza em duas direções importantes: 1) formação de perfis orientados para atendimento de demandas públicas, onde os exemplos mais significativos são os cursos de Análise de Políticas e Sistemas de Saúde, Políticas Públicas, Museologia e História da Arte, além do aumento de vagas com perfil formativo diferenciado para a área pública e social do curso de Administração; 2) criação de perfis formativos para área de tecnologia de ponta e novas demandas tecnológicas, onde os exemplos são os cursos de Biotecnologia, Engenharia de Energia, Engenharia Física e Engenharia Hídrica. Cabe destacar que a UFRGS expandiu a oferta de cursos que antes eram de exclusividade da iniciativa privada, orientando sua transformação currículo-pedagógica ao compromisso social da Universidade.

Justamente o estudo sobre a avaliação de políticas públicas, em especial as de natureza social, e, neste estudo, de uma política educacional, tornou-se outra justificativa para a escolha do tema central. Isso porque é a avaliação que permite uma prestação de contas do governo à população, o que significa que este é um

processo necessário à democracia. É mediante a participação da população que se concretiza o direito do cidadão numa sociedade democrática.

Em contrapartida, a avaliação das políticas públicas é utilizada como uma estratégia técnica de enfrentamento da crise fiscal e do déficit público, os quais limitaram o financiamento dos programas sociais, justificando a razão técnica e se transformando na razão universal, despolitizando questões que colocam em jogo as relações de poder e exacerbando o pragmatismo por meio de uma concepção imediatista dos processos que atravessam tais políticas. E um conjunto de práticas, por vezes dissociadas, pouco a pouco conforma o novo discurso governamental sustentado pelo viés meritocrático que reafirma a elite e a legitima na processualidade das políticas sociais, reiterando o oligarquismo característico da tradição sociopolítica brasileira.

Avaliar uma política pública ligada à educação superior com as dimensões do Reuni precisa ir muito além de mensurar dados quantitativos, por isso é necessário entender qual o cuidado que a UFRGS teve ao propor o projeto Reuni e como se deu sua execução. Tendo em vista que a Universidade Pública é sensível aos desequilíbrios sociais e políticos do contexto brasileiro, avaliar cabe, aqui, em evidenciar se o crescimento quantitativo, busca central do programa, se relacionou a resultados qualitativos. Logo, o motivo que nos leva a avaliar o programa Reuni na UFRGS é entender como uma transformação e uma expansão tão grandes impactaram a comunidade acadêmica de maneira geral.

O trabalho está organizado em duas partes. Desse modo, buscamos dar tratamento adequado à coleta dos dados. Num primeiro momento, contextualizamos o debate em torno da formulação do programa Reuni e de como se deu sua incorporação na UFRGS, relacionando-o ao contexto da Universidade Pública. A partir do seu compromisso social perante a sociedade, problematizando os desafios e as pressões postos à gestão universitária advindos da expansão proposta pelo programa. Num segundo momento, avaliamos o Reuni como política pública de expansão do acesso à Universidade Pública a partir do seu planejamento, da sua implementação e dos impactos do programa frente a uma nova realidade universitária, observando como a comunidade acadêmica vivencia a transformação da UFRGS. Para além da avaliação, relacionamos os dados obtidos aos impactos que se deram na UFRGS ao implementar o programa. A ideia central é apresentar como o Reuni

transformou a realidade acadêmica e de que modo a comunidade acadêmica enxerga isso.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### Políticas Públicas na Educação Superior

Ao discutir sobre o tema de políticas públicas ligadas à educação superior é preciso, de antemão, entender o que é política pública e como ela se constitui inserida num contexto político e social. O termo *políticas públicas* remete a um conceito recente – e amplo – nas Ciências Políticas. A partir da segunda metade do século XX, a produção acadêmica norte-americana e europeia se debruçou sobre estudos que tinham por objetivo analisar e explicar o papel do Estado, uma vez que suas instituições administrativas impactam e regulam diversos aspectos da vida em sociedade. Nesse sentido, podemos concluir que as políticas públicas estão diretamente associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade.

Não existe ainda consenso na literatura sobre o conceito ou definição de Políticas Públicas por este ser ainda um campo recente da ciência política. Em geral, define-se políticas públicas como tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer (DYE, 2009), uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público (SECCHI, 2012), ou um “[...] conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731). Para Rodrigues (2011, p. 14), “políticas públicas são resultantes da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados, [...] constituem-se de decisões e ações que estão revestidas da autoridade soberana do poder público”. Políticas públicas governamentais são aqui entendidas como o “Estado em ação”. É o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Podemos notar que o papel do Estado é central para o processo de formação de políticas públicas. De acordo com Lourdes Sola (1993), as políticas públicas são o resultado de uma complexa e dinâmica interação de fatores econômicos, políticos e ideológicos. O principal fundamento das políticas públicas é justamente a concretização de direitos por meio de prestações positivas do Estado, sendo o desenvolvimento nacional a principal política, conformando e harmonizando todas as demais.

Embora o Estado seja o principal responsável por implementar políticas públicas que possam garantir a efetividade dos direitos da sociedade, é preciso considerar que uma política pública pode ser elaborada também por instituições privadas, desde que se refiram à “coisa pública”. Por isso, as políticas públicas vão além das políticas governamentais se considerarmos que o governo não é a única instituição a promover políticas públicas, e, nesse caso, o que define uma política pública é o “problema público”. Embora não haja dúvidas de que o aparelho Estatal se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas,

o denominador mais comum de todas as análises de redes de políticas públicas é que a formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores (SCHNEIDER, 2019, p. 38).

Um outro ponto importante relacionado ao estudo das políticas públicas, e que é ressaltado por Thomas R. Dye (apud RODRIGUES, 2011, p. 43), se refere a possibilidade de análise de uma política pública

[...] tanto da perspectiva da *ação* do governo (o que o governo faz) quanto da *inação* (o que o governo não faz) diante de algum problema. [...] caso o governo escolha fazer algo perante algum problema, [...] a política pública adquire característica positiva. Do contrário, se o governo decide não agir diante de algum problema público, a política adquire característica negativa (grifos da autora).

De acordo com Lowi (apud RODRIGUES, 2011, p. 46) “as políticas públicas determinam a política. Elas estruturam o sistema político, definem espaços e atores, e delimitam os desafios que os governos e as sociedades enfrentam”. Para que as políticas públicas transformem uma sociedade, é preciso um conjunto de atores – políticos, sociais, governamentais, não-governamentais – com capacidade para diagnosticar e analisar a realidade social e propor mudanças. “Tudo isso envolve habilidades para gerenciar complexidades (em cenários de incertezas e turbulência, por exemplo) e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo” (RODRIGUES, 2011, p. 25). Dentre os atores de políticas públicas podemos mencionar o próprio governo, a sociedade e aquele que poderíamos chamar de analista de políticas públicas.

Contudo, ao aprofundar um pouco mais estas considerações iniciais, traremos à tona concepções que perpassam a educação invadindo a esfera do Estado

capitalista em que suas relações formam uma trama no campo das políticas públicas e onde as ideologias afloram. O Estado democrático de direito tenta, de alguma forma, atender às demandas que são oriundas da sociedade civil, onde as ideologias que estão em lócus se apresentam como antagonistas e, nesta arena, interesses conflituosos visam a busca pelos seus objetivos.

De fato, ocorre uma alternância no poder que determina qual concepção estará em predominância a uma concepção de esquerda ou de direita. Desse modo, o que se pode evidenciar é que, de certa forma, o discurso de uma sociedade justa e igualitária esbarra na questão central da ação distributiva e redistributiva. Contudo, ao olharmos para o Estado, percebermos como ele age aos conclames da sociedade.

De acordo com Fernandes (2007, p. 203), “políticas públicas se manifestam através de duas dimensões que se complementam entre si que é o administrativo técnico e o aspecto político”. Dentro dessa ótica, pensar políticas públicas pela sua definição nos leva a refletir sobre os conceitos que se pregam à escola democrática, que são aqueles que, de certa forma, se caracterizam por uma ação participativa e por uma educação socialmente produtiva.

Para construir o consenso social e estabelecer sua hegemonia sobre o conjunto das forças sociais, o Estado procura, por meio das políticas públicas ligadas à educação superior, propor e executar um certo conformismo social. Entretanto, dado o caráter desigual das relações sociais que se estabelecem na organização social capitalista, gerado em grande parte pela observância da soberania das leis de mercado, pode-se afirmar que, no âmbito das políticas públicas voltadas para o setor educacional, expressam reformas que pretendem atender demandas de mercado e, nesse sentido, tendem a perpetuar as desigualdades sociais e as reformas que visam garantir a igualdade de oportunidade, atendendo, desse modo, aos ideais democráticos consagrados nos textos educacionais (CARNOY; LEVIN, 1987, apud PALMAS FILHO, 2007).

As políticas públicas voltadas para o ensino superior expressam escolhas de governos imbuídas de ideologias, interesses e necessidades de vários atores, sejam eles formais ou informais (SILVA e BASSI, 2012), governamentais ou não governamentais. Constitui-se como pressuposto que todas as políticas públicas, principalmente as ligadas à educação, estão inseridas em motivações diversas e adversas. Portanto, as políticas públicas não ocorrem num processo linear, pois devemos sempre levar em consideração a ação dos atores envolvidos na construção

e na implementação de tais políticas. Quando focamos mais detidamente na educação superior, os conflitos de interesse e as relações de força demonstram como os atores são importantes para o sucesso ou para o fracasso dos programas.

Podemos notar que as políticas públicas ligadas à educação superior fazem parte da necessidade de responder a novos padrões de produtividade e competitividade impostos pelo avanço tecnológico, levando à descoberta da educação como componente essencial das estratégias de desenvolvimento. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, a agenda de debates sobre políticas públicas de educação superior possui componentes característicos, mas que ganham pesos relativos diferentes e estratégias apropriadas impostas por situações conjunturais. A educação, nesse caso, está convocada a expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida e com a consolidação dos valores da democracia.

Os investimentos na educação superior expressam a constatação de que a educação é um elemento que pode dinamizar outros processos sociais importantes para alcançar maior equidade. Reconhecemos que o Brasil conseguiu desenvolver centros de excelência no ensino superior e alcançou um padrão bastante avançado de investigação em áreas científicas e tecnológicas. No entanto, a convivência mesma desses avanços com a situação de penúria da escola obrigatória de base mostra o descompasso do sistema com as novas demandas econômicas e sociais, além de denunciar o caráter populistas das políticas públicas ligadas à educação superior. Podemos notar que a área da educação não é um projeto amplo e de compromisso com a sociedade, mas a resposta de projetos de governos sem continuidade.

### **Avaliação de Políticas Públicas**

Uma crescente consolidação da avaliação como prática no âmbito da gestão/administração pública tem sido apontada como fenômeno ocorrido no mundo nas últimas cinco décadas pelo menos. Tal fato tem estimulado a reunião de um considerável arcabouço teórico, de múltiplas reflexões metodológicas e de destaque acadêmico.

No Brasil, notadamente desde o contexto de Reforma Gerencial do Estado, a consolidação da avaliação começa lentamente a ter contornos mais nítidos e a se tornar prática institucional e institucionalizada, o que tem refletido na produção científico-literária.

Mesmo com esses consideráveis avanços, a rigor, não existe um consenso estabelecido na literatura sobre o conceito de avaliação. A variedade de enfoques, abordagens e teorias é tamanha, a ponto de ser menos difícil e embaraçoso identificar o que não é avaliação. A principal confusão reside no que é avaliação aplicada em políticas públicas e no que é análise de políticas, por exemplo.

As políticas públicas podem ser tratadas de modo esquemático e, para fins de análise, podem ser estruturadas segundo ciclos e estágios, podendo ou não recomeçar com novas orientações, num movimento processual e dinâmico chamado ciclo de políticas. De modo geral, as políticas públicas (dentre elas, iniciativas nas áreas da educação) têm um caráter intersetorial e multidisciplinar em seus processos, além de sua formulação, implementação e execução.

Tais políticas são caracterizadas por situações e desafios que demandam práticas de acompanhamento, monitoramento e avaliação, não apenas para eventuais correções de rumo na condução das ações por parte dos especialistas, políticos e técnicos responsáveis, mas também para atender às modificações estruturais constantes que o dinamismo do processo inerentemente apresenta (DYE, 2009).

A avaliação de políticas é um processo complexo. Avaliar também é comparar parâmetros estabelecidos e resultados alcançados de uma dada intervenção, ou sobre qualquer dos seus componentes, com vistas à facilitação da consecução de determinados objetivos. Utilizando-se de critérios ou padrões traçados para uma investigação sistemática, a atividade avaliativa insere-se tanto no campo da ciência – por meio da produção de evidências – quanto no da prática cotidiana da política – por meio dos processos analisados – e vincula-se a uma dimensão instrumental com o intuito de auxiliar na tomada de decisões.

Se a ação avaliativa compreende a emissão de um juízo de valor, torna-se, portanto, necessário refletir sobre como, quando, onde, para quem, com quem, quanto – ou seja, distribuindo quais fontes e quais quantidades de recursos –, em que medida, atendendo a quais interesses, significando e ressignificando quais conceitos, representando quais influências e interesses, resultando em quais consequências,

uma prática caracterizada como avaliação pode – e deve – gerar transformações positivas na realidade e no bem estar coletivo.

Essas são questões perenes e desafios epistemológicos, técnicos e, sobretudo, ideológicos dos quais os interessados na prática avaliativa em educação não podem se desviar dada a própria natureza dos conceitos em tela. Nesse contexto e com essas preocupações, procuramos contribuir para o debate sobre a avaliação de políticas públicas.

A avaliação de políticas públicas e a avaliação de programas e projetos sociais são áreas diretamente relacionadas, entretidas. Enquanto a avaliação de determinada política pública implica o exame de diversos elementos, desde seus pressupostos e fundamentos políticos passando pela "engenharia institucional" e pelos "traços constitutivos" dos programas e projetos que a operacionalizam (ARRETCHÉ, 1998), a avaliação de programas e projetos sociais pode ser compreendida como uma etapa, uma parcela da avaliação da política pública da qual tal programa faz parte. A avaliação, como técnica e estratégia investigativa, é um processo sistemático de fazer perguntas sobre o mérito e sobre a relevância de determinado assunto, proposta ou programa, devendo ser útil, viável, ética e precisa (MINAYO, 2005; PENNA FIRME, 2003).

Grande parte da bibliografia disponível sobre a avaliação de programas e serviços refere-se a aspectos tecnológicos, ora enfatizando a qualidade, ora as avaliações econômicas de custo-efetividade, recorrendo para essa finalidade tanto a técnicas quantitativas quanto qualitativas (FARIA, 2005; SILVA, 1999). Conforme Uchimura e Bosi (2002), há estudos de avaliação com contornos mais clássicos, dirigidos à análise da eficácia e/ou eficiência de determinado programa (ARRETCHÉ, 1998), e estudos avaliativos voltados à dimensão subjetiva da qualidade, os quais se propõem a desvendar os sentidos dos fenômenos, respeitando sua complexidade, sua riqueza e sua profundidade. Tais estudos seriam adequados à análise do sucesso prático do programa, pois consideram as expectativas e o universo simbólico dos atores envolvidos, em especial, dos usuários a que se destinam as ações.

O paradigma positivista, ainda muito presente no campo, é alvo de forte resistência por parte de abordagens qualitativas, construcionistas e participativas. A emergência destas abordagens alternativas nas últimas duas décadas teve impacto na ampliação das reflexões sobre os diferentes contextos e implicações da avaliação. As metodologias participativas, em especial, trazem novos desafios para o campo.

Além de envolverem a necessidade de uma preparação pessoal e coletiva, um aprendizado das formas de participação, tais metodologias pressupõem a formação de consensos e a tomada de decisões conjuntamente.

Marcada por desenvolvimentos internacionais, a área de avaliação de programas e serviços expandiu-se e diversificou-se metodologicamente nas últimas décadas. Cada vez mais exigida pelas agências financiadoras internacionais, a avaliação de programas e serviços cresceu em valorização devido a três movimentos principais, conforme apontados por Adulis (2002): i) redução no volume dos recursos, que se articula ao crescente ceticismo quanto ao valor da ajuda nos países em desenvolvimento; ii) aumento da concorrência entre as organizações do terceiro setor, que pressiona para uma maior profissionalização da área; e iii) processo de democratização e aumento da participação social, gerando pressões para controle social dos gastos públicos. Aparentemente, o processo de institucionalização dos sistemas de avaliação na América Latina foi fortemente marcado por indução externa a partir de demandas de organismos internacionais e multilaterais. Uma dessas demandas diz respeito à reforma do Estado. As décadas de 80 e 90 foram períodos de significativo desenvolvimento na avaliação de políticas na América Latina, e há consenso de que a avaliação de políticas públicas foi posta a serviço da reforma do Estado, predominando uma concepção tecnicista (FARIA, 2005). Assim, cabe ressaltar que a construção histórica do campo da avaliação está perpassada pelo jogo de forças que envolvem, entre muitos outros elementos, instituições supranacionais e concepções sobre os estados nacionais e qualidade de vida.

No Brasil, a área de avaliação começa a se desenvolver apenas a partir da década de 80, inicialmente de forma bastante incipiente (ARRETICHE, 2001; UCHIMURA; BOSI, 2002), com grande fragmentação organizacional e temática, além de institucionalização ainda precária das tecnologias de avaliação de intervenções sociais. Há relativamente poucos dispositivos legais, diretrizes ou parâmetros que claramente garantam qualidade, credibilidade e reconhecimento da prática da avaliação.

O estudo de políticas públicas está associado à expressão “estudo do estado em ação” (JOBERT; MULLER, 1987, apud ARRETICHE, 2001), considerando programas governamentais, seus históricos, suas implementações, seus desenvolvimentos e seus reflexos nos campos social e econômico. Arretche (1998) define que a análise deve reconstituir os elementos constitutivos dos programas, as

suas diversas características, como o desenho institucional, as formas de relação entre os setores público e privado, as formas de financiamento, as modalidades de prestação de serviço de forma a apreendê-las em um todo coerente e compreensível de modo a dar sentido e entendimento ao caráter errático da ação pública. Uma das principais dificuldades metodológicas na área é estabelecer relações de causalidade em uma avaliação, onde todo o complexo contexto cultural, social e político precisa ser levado em consideração.

Carvalho (2003) aponta que a avaliação constitui o processo da política pública, em que há uma alteração contínua nas decisões, um processo em fluxo, que se caracteriza por constantes barganhas, pressões e contrapressões e por redefinições do próprio objeto das decisões. A avaliação deve integrar-se a esse processo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema até a análise das mudanças sociais advindas da intervenção, num ciclo que pode ser tomado como um quadro de referência para a análise processual. Entretanto, por vezes, é questionado devido à dificuldade dos atores políticos administrativos fixarem-se a esse contínuo, especialmente para programas políticos mais complexos (TREVISAN; BELLEN, 2008). A possibilidade da avaliação ser a retroalimentação da política não é um fato dado, uma vez que o processo da política pública não é necessariamente racional e coerente (ARRETICHE, 1998). Ainda assim, Faria (2005) entende que prevalece no campo a concepção da avaliação como um instrumento administrativo e, portanto, como função supostamente alheia às disputas propriamente políticas, devendo os profissionais da área estarem atentos à sua problematização constante.

Arretche (1998), segundo seu foco, destaca três tipos de avaliação: i) efetividade (sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias das populações atingidas); ii) eficácia (relação entre os objetivos e os instrumentos explícitos e seus resultados efetivos); e iii) eficiência (relação entre o esforço empregado e os resultados alcançados). Também é importante diferenciar avaliação de processo e avaliação de impacto (ADULIS, 2002; CARVALHO, 2003; COHEN; FRANCO, 1999). A avaliação de processo visa acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implantação dos programas e políticas, a adequação dos meios e recursos com relação aos resultados parciais ou finais, diferenciando-se de monitorar programas (ferramenta de gerenciamento aplicada durante sua execução). Já a avaliação de impacto focaliza os efeitos produzidos sobre a sociedade

para além dos beneficiários diretos da intervenção, avaliando sua efetividade social e pressupondo a relação causal entre política/programa e a mudança social provocada.

Uma das mais conhecidas metodologias de avaliação alternativa é a metodologia do Marco Lógico que vem sendo referida de modo crescente na literatura (CARVALHO, 2003; COSTA; CASTANHAR, 2003; TREVISAN; BELLEN, 2008). Esta metodologia caracteriza-se como uma tipificação metodológica muito atual. Adotada por organismos financeiros internacionais (como, por exemplo, o BID), pressupõe que os projetos sejam estruturados seguindo parâmetros razoavelmente rígidos, definidos em metodologia complexa e ampla (CARVALHO, 2003). Em linhas gerais, a estruturação dessa metodologia parte da concepção de políticas públicas como processo, e a avaliação é constitutiva e integrada ao próprio processo da política pública, programa e projeto, desde o diagnóstico da população-alvo até a definição de critérios para intervenção.

A proposta de modelo lógico como recurso metodológico será utilizada para explicitar a estrutura de programa orientado para resultados. Tal metodologia foi desenvolvida por autores que se dedicam especificamente à avaliação de programas. Basicamente, o modelo lógico é uma maneira sistemática e visual de apresentar e compartilhar a compreensão das relações entre os recursos disponíveis para as ações programadas e as mudanças ou resultados que se espera alcançar.

O modelo lógico busca configurar um desenho do funcionamento do programa, que seja factível em certas circunstâncias, para propor resoluções aos problemas identificados. Pode ser a base para um convincente relato do desempenho esperado, ressaltando onde está o problema objeto do programa e como este se qualifica para enfrentá-lo. Essa metodologia parte da concepção de políticas públicas como processos articulados e estabelece os recursos que configuram a política pública, seus programas e projetos, e encadeia as etapas de um mesmo programa, desde o diagnóstico da população-alvo até a definição de critérios para intervenção (CARVALHO, 2003).

Conforme Carvalho (2003, p. 193), a metodologia do marco lógico se destaca pela clareza na distinção dos conceitos de avaliação e das atividades necessárias para seu desenvolvimento, bem como na proposição de dimensões para avaliação, “possibilitando resultados analíticos baseados em uma interpretação integrada do comportamento dos agentes, das atribuições das instâncias de implementação e da interação com as populações potencial e beneficiária”.

As condições para o aproveitamento das informações de uma avaliação não estão previamente dadas, e as descobertas de estudos de avaliação competem com outras propostas e com outras fontes de informação nos momentos de tomada de decisão (FARIA, 2005). Muitas vezes, os gestores sequer sabem o que perguntar ou o que buscar em uma avaliação. A capacitação dos gestores das políticas é fundamental para que adquiram maior competência para definir suas demandas, debater as metodologias escolhidas e os resultados encontrados e, principalmente, apropriar-se dos achados das investigações para a melhoria dos programas. Diversos autores problematizam essa questão, apontando que, ainda que a avaliação tenha se estabelecido como uma importante ferramenta para melhoria de programas e projetos, até agora não se caracteriza como elemento indispensável do processo de gestão, representando um universo de muitas promessas e poucas realizações, um novo modismo, gerador de burocracia e poucos resultados.

Para Cotta (2001), as condições para um efetivo uso dos resultados de uma avaliação devem ser intencionais e meticulosamente criadas, pois, por vezes, as avaliações constituem-se em um problema para os governantes e gerentes de projetos, sendo usadas para criticar governos ou, quando os resultados são favoráveis, para legitimar ganhos políticos (TREVISAN; BELLEN, 2008). Nesse sentido, Arretche (1998) observa que o impacto social de uma política tende a ter menor peso no processo decisório do que seu impacto sobre a opinião pública ou seu impacto eleitoral. Três dimensões quanto ao uso das avaliações são apresentadas por Faria (2005), sendo elas: i) instrumental, relativa ao apoio às decisões e à busca de resolução de problemas, dependendo também da adequada divulgação dos resultados, de sua inteligibilidade e da factibilidade das recomendações; ii) conceitual, ou função educativa, que pode alterar a maneira como os técnicos compreendem a natureza, a operação e o impacto do programa que implementam; e iii) simbólica, de uso político, como instrumento de persuasão e de legitimação de uma posição.

A avaliação de programas e projetos sociais traz à tona um conjunto de questões amplas e profundamente relevantes com as quais o pesquisador/avaliador necessariamente terá de lidar. Não há uma única forma para produzir conhecimento sobre um programa social e deve-se ter clareza de que cada escolha implica inevitavelmente posicionamento ético-político. Fazer uma opção metodológica é também fazer uma opção política. Assim, é cada vez mais necessário tornar explícitos os valores e os princípios que permeiam o processo, buscando compreender o

programa de forma coerente e contextualizada, bem como o seu próprio papel na avaliação.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

O objetivo geral de nosso trabalho de conclusão é avaliar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

### **Objetivos específicos**

Após estabelecermos nosso objetivo geral, podemos elencar alguns objetivos específicos que nortearão nossa pesquisa:

- 1) Apresentar o Programa Reuni na UFRGS;
- 2) Descrever como se deu o processo de implementação do Programa Reuni na UFRGS;
- 3) Apresentar quais os impactos do Programa Reuni na UFRGS.
- 4) Avaliar o processo de planejamento, implementação e impactos do Programa Reuni na UFRGS;

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho debruçou-se especificamente sobre a última etapa do ciclo de análise de políticas públicas. Para avaliar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), aplicado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), utilizou-se a metodologia do marco lógico. Tal metodologia emprega elementos importantes trazidos por Kaminski (2018) para a elaboração de uma avaliação de política pública mais fundamentada e abrangente. Tal abordagem avaliativa tem a intenção de desenvolver um modelo lógico da política em estudo, levando o contexto e as causas subjacentes à sua formulação em consideração, buscando definir o problema central que motivou a sua criação e analisando as intervenções que esta propõe para atuar sobre a realidade (CASSIOLATO; GUERESI, 2010). Essa é uma opção metodológica que amplia as possibilidades analíticas e os resultados da pesquisa de avaliação, uma vez que permite reflexões e modificações continuadas e uma compreensão muito mais ampla da dinâmica da política no próprio processo de desenvolvimento ao longo do tempo.

Essa metodologia leva em consideração o caráter processual da política pública analisada, bem como elementos diversos, para além da resenha quantitativa. Dentre as modalidades de avaliação, utilizamos a avaliação de impacto, que, conforme Carvalho (2003, p. 186), “é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social”. Busca-se, nessa avaliação, detectar as mudanças que efetivamente ocorreram e em que medida as mudanças ocorreram na direção desejada. De acordo com a autora, nosso pressuposto está orientado em avaliar se há uma relação causal entre o programa e a mudança social provocada.

Para efeitos de organização da pesquisa, a coleta dos dados se deu da seguinte forma:

- Entrevista com gestores da UFRGS para entender seus posicionamentos frente à implementação e à execução do programa Reuni na Instituição; entrevista com Coordenadores de dois cursos de graduação, criados através do programa (o curso de Políticas Públicas, no Campus do Vale, e os cursos de Licenciatura em Dança e de Fisioterapia, no Campus Olímpico); entrevista com o gestor de um dos cursos que com maior ampliação de vagas em função da

implementação do programa (o curso de Ciências Sociais e Jurídicas, no Campus do Centro). A escolha por três cursos de graduação em Campus distintos se deu para abranger a coleta de dados, contextualizando no tempo e no espaço de vida acadêmica. Ocorreu, ainda, entrevista com um gestor ligado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), o qual fez parte do suporte dado aos cursos de graduação que aderiram ao Reuni. A ideia foi conferir uma abordagem mais qualitativa ao trabalho, buscando traçar uma relação de comparação entre os objetivos e as dimensões traçados pelo programa às experiências administrativas. As entrevistas se deram utilizando um questionário aberto, em que os entrevistados responderam perguntas relacionadas ao projeto Reuni e à realidade da UFRGS;

- Análise de documentos que deram profundidade aos dados quantitativos como demonstração do tamanho das transformações causadas pelo programa na Instituição, bem como elucidaram os propósitos do Reuni aplicado à UFRGS. Como base documental, foi analisado o Relatório Reuni UFRGS apresentado ao final da execução do programa, em 2012, os documentos do Ministério da Educação que deram forma ao programa Reuni e o parecer de adesão acordado pelo Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE UFRGS), que estabelece como a adesão se deu ao assumir o compromisso com o programa Reuni;
- Revisão bibliográfica do tema proposto capaz de dar base conceitual e compreensão à pesquisa. Para isso, foi extraído dos conceitos de Políticas Públicas (especialmente as ligadas à educação superior) e avaliação de políticas públicas elementos que puderam dar conta do objetivo final de avaliar o planejamento, a implementação e os impactos do programa Reuni na UFRGS.

A análise e a interpretação dos dados se deu a através de indicadores (MINTZBERG; QUINN, 2003). Para a constituição material da avaliação foi criado um quadro capaz de demonstrar e organizar os dados levantados. No entanto, demonstração quantitativa não é o suficiente para aprofundar o debate em torno da avaliação proposta. Por isso, a importância de relacionar a teoria e os conceitos da política pública analisada com os dados levantados ao longo do processo de avaliação.

O tratamento dos dados para avaliação do programa Reuni na UFRGS ocorreu por meio de três categorias de análise: planejamento, implementação e impactos. Dessa forma, identificamos e quantificamos os dados obtidos através das entrevistas relacionando-os às análises de documentos e à revisão bibliográfica. Criamos subcategorias para demonstrar com mais clareza os objetivos de avaliação. As unidades de análise demonstradas no quadro avaliativo foram geradas a partir de palavras-chave encontradas nos objetivos e nas dimensões do programa Reuni, relacionando-as com as respostas dos entrevistados.

Através dos dados coletados, buscamos analisar as dimensões e os objetivos propostos pelo programa, seja quanto aos resultados e possíveis impactos, seja quanto à efetividade e ao alcance das ações junto a beneficiários e agentes envolvidos face aos seus objetivos, levando-se em conta também as especificidades locais (KAMINSKI, 2018).

As unidades de análise de cada categoria deram suporte para avaliação do processo de constituição e implementação do Reuni na UFRGS demonstrando através da fala dos entrevistados como o processo do programa ocorreu. Foi possível, também, com os dados coletados, relacionar os impactos que o programa causou na Instituição, aprofundando a análise ao comparar o processo de implementação e as transformações ocorridas na Universidade.

## **REUNI – REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS APLICADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Entre 2002 e 2010, houve um avanço importante no ensino superior, público e privado do Brasil, que, sem dúvida alguma, se deve a um conjunto de ações e programas de políticas públicas de incentivo ao aumento do número de alunos no ensino superior no país. Entre as diversas ações e programas desenvolvidos e implementados pelo Estado, podemos citar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Rede Pública Federal (Reuni), que surgiu como resposta à necessidade de ampliação do acesso à educação superior.

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, consiste em “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (BRASIL, 2007, p. 3).

As políticas públicas de incentivo à educação superior no Brasil se baseiam, invariavelmente, pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Dentre as principais metas do Plano, destacam-se: expandir a oferta de educação superior para jovens de 18 a 24 anos, entre o período de 2011 a 2020 em pelo menos 33%; expandir a educação superior para que 40% das matrículas estejam nas instituições públicas; elevar o volume de recursos financeiros aplicados em educação para atingir o patamar de 10% do PIB.

A expansão do Ensino Superior Federal foi dividida em duas etapas. A primeira, denominada de Expansão I, deu-se nos anos de 2003 a 2007. Nesse período, foram criadas 08 universidades federais em diversos estados. A partir de 2007, com a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), passou-se à segunda etapa, denominada de

Expansão II. Nessa fase, mais 06 Instituições foram criadas, totalizando 14 universidades entre os anos de 2003 e 2010 Além disso, a expansão da rede também contou com a interiorização dos campi. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades federais passou de 114, em 2003, para 237, no final de 2011 (MEC, 2010).

A seguir, segue a relação das principais metas voltadas para a educação superior na esfera das Universidades Federais que o governo federal estipulou:

- Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação Profissional, Tecnológica e Superior;
- Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil;
- Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais.

Um dos objetivos do programa era chegar a 40% de alunos matriculados nos cursos de graduação no ensino presencial e à distância até 2020. Esperava-se, com isso, um total aproximado de 4.890.350 alunos matriculados. Com base em projeções realizadas e apresentadas no seminário promovido pela ANDIFES-MEC (2010), para atender a esta meta, somente nas Universidades Federais, foram necessários investimentos da ordem de, aproximadamente, R\$ 50,8 bilhões, ou 1,2% do Produto Interno Bruto do Brasil (PIB). Com esse investimento, até 2020, somente as Universidades Federais poderão atender 2.083.322 estudantes, sendo 75% no ensino presencial e 25% no ensino a distância<sup>1</sup>.

A proposta do Reuni teve como meta global a taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais, e a relação de 18 alunos de graduação por professor em cursos presenciais. No entanto, também entendeu que as universidades precisavam assegurar que a reestruturação e a expansão programada fosse realizada com garantia de qualidade acadêmica. As diretrizes para o Reuni foram estruturadas

---

<sup>1</sup> Ministério da Educação. REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2010. VIII Seminário Nacional do Reuni: Universidades Federais: Consolidação e Expansão 2011-2020: subsídios para o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/seminarios/141-viii-seminario-nacional-do-reuni-universidades-federais-consolidacao-e-expansao> Acesso em: 13/05/2019.

em seis dimensões, cada uma com um conjunto de aspectos específicos. Essas dimensões, conforme apresentadas a seguir, foram pactuadas no plano de reestruturação das universidades federais, de acordo com a opção institucional em cada caso. O Programa visou a possibilidade de uma concepção mais flexível de formação acadêmica na graduação.

Destacamos, a seguir, as dimensões exigidas pelo Programa para sua implementação:

**Quadro 1:** Dimensões e objetivos do Programa Reuni

<b>Dimensão</b>	<b>Objetivos</b>
Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública	Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno
	Redução das taxas de evasão
	Ocupação de vagas ociosas <sup>2</sup>
Reestruturação Acadêmico-Curricular	Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade
	Reorganização dos cursos de graduação
	Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada
	Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos
	Previsão de modelos de transição, quando for o caso
Renovação Pedagógica da Educação Superior	Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem
	Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo
Mobilidade Intra e Inter-Institucional	Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas e entre instituições de educação superior
Compromisso Social da Instituição	Políticas de inclusão
	Programas de assistência estudantil
	Políticas de extensão universitária
Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação	Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior

<sup>2</sup> Ministério da Educação. REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2007. REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Diretrizes gerais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 13/05/2019.

Em cada uma das dimensões, a UFRGS teve que propor ações para subitens e, caso necessário, ainda propor alguma ação em um aspecto não contemplado nessas diretrizes, mas inserido no escopo do programa, podendo fazê-lo em espaço apropriado para cada dimensão da reestruturação proposta. Todas as propostas encaminhadas deveriam contemplar um aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação projetadas para a Universidade, além de atender as demais diretrizes do programa.

## **A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REUNI NA UFRGS**

Para transformar em realidade todas as dimensões e os objetivos do programa Reuni, a Reitoria da UFRGS se organizou para aplicá-lo na Instituição a partir do parecer nº 276 de 2007, que traz o esboço inicial da proposta para a implementação elaborada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão (CEPE) e deliberada pelo Conselho Universitário, órgão responsável pelas decisões da UFRGS, na Decisão nº 312/2007.

A “Proposta da UFRGS ao Programa REUNI”, pensada pelo Conselho Universitário, abrange as metas exigidas no decreto nº 6.096. Conforme o documento, “foi delineada sob coordenação da Pró-Reitoria de Graduação, a partir da participação das Unidades Acadêmicas e da contribuição de outras Pró-Reitorias a constituição e o esqueleto norteador do programa REUNI na UFRGS” (CONSUN, 2007, p. 1). Como houve curto prazo para entrega da proposta ao MEC, ocorreram apenas duas reuniões entre a administração central e os diretores de unidade.

A proposta elaborada pela UFRGS assume compromisso com cada uma das metas a serem atingidas, usando como argumento principal o baixo número de vagas criadas em dez anos (de 1997 a 2006), algo em torno de 621 vagas. Para poder alterar a realidade da Universidade até aquele momento, foi pensada a ampliação da oferta, aumentando paulatinamente o número de vagas para 1.456 durante os cinco anos de vigência do programa. Esta ampliação não estaria relacionada apenas aos cursos novos, mas também aos cursos existentes e a novas modalidades dos mesmos, bem como à ampliação da oferta de cursos noturnos.

A reestruturação acadêmica estava baseada na criação de oito cursos tecnológicos, com 350 vagas novas, com a estimativa para reorganização da oferta em turno único, “o que possibilitaria a liberação de tempo para a realização de estágios ou para o exercício de atividade remunerada” (CONSUN, 2007, p. 2). O lema do documento norteador REUNI/UFRGS foi a “possibilidade de inovar na graduação” (CONSUN, 2007, p. 4).

O documento sugere que a UFRGS viesse a diversificar seu processo de formação, focando na redução do tempo de formação para menos de quatro anos. A ideia central foi baseada na modernização pedagógica, onde os bacharelados e as licenciaturas formariam, junto aos tecnólogos, o reflexo de uma sociedade cada vez mais imediatista. Aos moldes dos Bacharéis Interdisciplinares, a Escola de

Engenharia propôs a criação de tecnólogos na área da ciência e tecnologia com duração de dois anos. A segunda parte da formação seria constituída pela escolha de “perfis de tecnólogo” (CONSUN, 2007, p. 5), como controle de obras civis e mecatrônica industrial. A renovação pedagógica se daria pela expansão dos laboratórios de informática e pela criação de bolsas de monitoria EAD.

Dentre as metas e objetivos elaborados para a implementação do Reuni na UFRGS, não foram mencionadas sugestões para a formação continuada dos professores, visando a modernização pedagógica dos mesmos. Os investimentos foram focados em infraestrutura física e recursos humanos, compra de materiais e criação de bolsas administrativas.

A partir da implementação do Reuni, a intenção foi de aumentar o suporte pedagógico virtual elaborando estratégias que se utilizam do ambiente EAD. Nesse sentido, se instaurou uma contradição educacional histórica que debate a existência das discussões presenciais, necessário ao processo de aprendizagem, pois, deste modo, há possibilidade de argumentação e construção sobre o conhecimento com seus pares (estudante-estudante) e com o trabalho pedagógico dos professores. Podemos notar aqui mais uma resposta de adaptação da Universidade às demandas sociais atuais, no entanto, sem a devida discussão na comunidade acadêmica.

Outro ponto importante do documento diz respeito à ampliação do Campus Internacional, sendo amplamente descrito sobre a importância da expansão internacional da Universidade através de intercâmbios com universidades estrangeiras na graduação e na pós-graduação, reforçando a relevância da troca de conhecimento e da busca por recursos financeiros nas áreas científicas. O texto deixa claro o incentivo à mobilidade acadêmica, intra e interinstitucional, ou seja, os estudantes poderão cursar disciplinas de áreas afins dentro da própria UFRGS bem como fora dela.

O documento trata, ainda, sobre a ampliação e a necessidade de contratação de professores, além da criação de vagas de técnicos administrativos via investimento, e prerrogativas legais imbuídas no Programa necessárias para a devida implementação do mesmo na Universidade. A proposta previu a abertura de 410 novas vagas para contratação de professores, “a maioria contratada em regime de Dedicção Exclusiva” (CONSUN, 2007, p. 10), além de 360 novas vagas para técnicos-administrativos. No entanto, há, em outra parte do documento, o “estímulo à participação de estudantes da pós-graduação em atividades de ensino da graduação”

(CONSUN, 2007, p. 3). É importante ressaltar que o estágio docente, vinculado ao doutorado e ao mestrado, está necessariamente ligado à quantidade de bolsas CAPES ou CNPQ que o programa de pós-graduação de cada unidade tem disponível. Nesses termos, esse interesse do Conselho Universitário esbarra na falta de visão de quantos agentes externos seriam preciso para colocar tal projeto em prática.

O parecer estabelece orientação clara para com compromisso social da Universidade Pública através de uma série de medidas de inclusão social. Por meio do Reuni, se estabeleceu o início da implantação da política de cotas na UFRGS. Além disso, previu-se políticas assistenciais para a manutenção de alunos carentes, projetando a criação de bolsa-transporte, bolsa-material, isenção no Restaurante Universitário e aumento “massivo” das bolsas-permanência (CONSUN, 2007, p. 3).

Para alcançar os objetivos delineados pelo parecer nº 276, de 2007, quanto à estimativa de custos, foi prevista a utilização de R\$ 203.499.000,00 (duzentos e três milhões e quatrocentos e noventa e nove milhões mil reais) ao longo do programa. Lembramos que, desde o decreto, não havia garantia de que a verba seria repassada de acordo com o previsto, uma vez que o orçamento depende exclusivamente do repasse da União para o MEC. A compra de materiais e as construções e reformas representam R\$ 19.603.000,00 (dezenove milhões e seiscentos e três mil reais).

O processo de implementação do Reuni na UFRGS se deu a partir da adesão espontânea das Unidades na participação da expansão de vagas ou na abertura de cursos novos. A ideia prevalente era a de que a expansão não se desviasse do processo de reorganização projetado e que se realizasse de forma consolidada, tratando o período do Reuni como de acelerador, e não como de excepcionalidade.

A Escola Superior de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), localizada no Campus Olímpico, viu no Reuni a oportunidade de expandir-se, elaborando, assim, dois projetos arrojados de dois novos cursos (Licenciatura em Dança e Fisioterapia). A Faculdade de Direito aderiu ao programa prevendo a expansão de 50% das vagas oferecidas para os cursos diurno e noturno. Algumas Unidades viram na implementação do Reuni a oportunidade de injetar investimento localizado, aumentando o número de professores e de técnicos-administrativos. O argumento para a adesão foi a precarização que a Universidade sofreu nos 15 anos anteriores. O documento de adesão ao Reuni na UFRGS, acordado pelo CEPE (2007), aponta a necessidade de criação e ampliação de vagas na Universidade para a injeção financeira advinda do MEC. Sem uma justificativa de expansão, os

professores-gestores não viam outra oportunidade de realização de investimento financeiro extra.

Apesar das boas intenções elencadas pelo programa, é prudente que novos estudos analisem as consequências desta política, que procura “[...] estimular a adesão a um novo modelo de universidade e uma nova relação de trabalho com os professores [...]” (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p. 23). Nesse sentido, é importante destacar que manifestações de resistência e críticas ao Reuni foram expressas por grupos estudantis, sindicatos e docentes das Universidades Federais. Para eles, esta política apontaria para a massificação das Universidades Federais, não por ampliar o número de vagas nas universidades, mas por prever a elevação da taxa de conclusão média para 90% e o aumento da relação aluno-professor na graduação (18 alunos por professor).

O Reuni surge como política pública ao ensino superior sem passar por instâncias maiores ao debate da sociedade civil, sobretudo acadêmico, pois foram muitas as manifestações contrárias ao projeto federal. Assim, o Reuni oferece aos estudantes a oportunidade de participarem da sociedade do conhecimento, cursando graduações oferecidas em Universidades Novas ou em Institutos Federais, cursos estes que se aproximam ou se pautam segundo as necessidades do mercado, ocasionando uma expansão universitária sem qualidade, desqualificando a formação acadêmica (OLIVEIRA, 2010).

Trindade (2004) analisa os diferentes processos que abrangem as Reformas Universitárias brasileiras em curso, desde a criação da primeira academia no país, uma vez que as reformas passadas apenas concentravam-se nas especificidades do mundo acadêmico, frisando a necessidade do desenvolvimento do ensino superior brasileiro.

Elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; enfim, concorrer pela educação do indivíduo e da coletividade [...] para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (ARTIGO 1º DECRETO nº 19.851, de 11 de abril de 1931, cit. por TRINDADE, 2004, p. 827).

Notamos, portanto, que as reformas universitárias ganharam nuances de políticas populistas, democratizando o acesso de todos ao ensino superior, embora Lima (2006, p. 16), pontue que

Saviani (1989, p. 60), criticando a Escola Nova, assinalou que “quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática ela foi...”. Parfraseando Saviani, poderíamos assinalar, criticando as políticas de contrarreforma do ensino superior e seu discurso de democratização do acesso, pois, quanto mais se falou em democratizar o acesso ao ensino superior menos ele foi.

O Reuni surge como uma política pública imposta ao mundo acadêmico na medida em que não foi apresentado, nem debatido, com aqueles que seriam beneficiados ou prejudicados pelo programa.

## **IMPACTOS RESULTANTES DA IMPLEMENTAÇÃO PROGRAMA REUNI NA UFRGS**

Conforme o Relatório REUNI UFRGS de 2012, apresentamos a sistematização de algumas ações que foram implementadas para dar conta das exigências do programa a partir da adesão da UFRGS. O desenvolvimento dessas ações impactou na vida acadêmica e na gestão administrativa da Universidade, gerando transformações importantes, tanto positivas quanto negativas.

### **Impactos de expansão**

Conforme Relatório Reuni UFRGS de 2012, o crescimento da universidade, no processo do Reuni sinalizou em duas direções importantes: A primeira delas diz respeito à construção de currículos de graduação orientados para o atendimento de demandas sociais. Podemos trazer como exemplos a criação de cursos como os de Análise de Políticas e Sistemas de Saúde, Políticas Públicas, Museologia e História da Arte. Verificamos também o esforço em aumentar vagas com perfil formativo diferenciado para a área pública e social do curso de Administração. Outra busca também se observou na inclinação para a criação de cursos na área de tecnologia de ponta e de novas demandas tecnológicas. Trazemos como exemplos o curso de Biotecnologia, Engenharia de Energia, Engenharia Física e Engenharia Hídrica. Em todos os documentos da Universidade sempre houve o esclarecimento de que sua expansão teve o cuidado para que cada novo curso, ou ampliação de vagas, encontrasse todas as condições de implementação, desde um projeto pedagógico perfeitamente alinhado até o espaço físico e os recursos humanos de suporte adequados.

No período, houve uma expansão de 485 vagas em 15 novos cursos e mais 578 novas vagas em cursos existentes, totalizando 1.063 novas vagas. Destacamos, também, que a Universidade, mesmo possuindo uma oferta bastante ampla de perfis de formação, na época da expansão, completou o leque de cursos na área da saúde, com a implantação dos cursos de Fonoaudiologia e de Fisioterapia, além do perfil de Saúde Coletiva. Também na área da saúde, duas ampliações apresentam um

diferencial importante, que foi a oferta de vagas noturnas para os cursos de Psicologia e de Odontologia.

O aumento do número de vagas e de matrículas foi expressivo nos períodos do programa. Mostraremos os dados sistematizados que apresentam a evolução da matrícula e vagas:

**Quadro 2:** Evolução das matrículas na UFRGS

<b>Ano</b>	<b>Graduação</b>	<b>Pós- Graduação</b>	<b>Total</b>
2006	21.050	7.719	28.769
2007	23.621	7.984	31.605
2008	24.272	8.319	32.591
2009	24.375	8.855	33.230
2010	23.850	8.918	32.768
Varição2006/2010	2.800	1.199	3.999

Fonte: RELATORIO REUNI/UFRGS, março 2012<sup>3</sup>

**Quadro 3:** Evolução das vagas no Concurso Vestibular/UFRGS

<b>Ano</b>	<b>Vagas/Vestibular</b>	<b>Ampliação</b>
2006	4,212	-
2007	4,212	0
2008	4,312	100
2009	4,556	244
2010	4,961	405
2011	5,018	57
2012	5,290	272
Varição 2006/2012	1,078	1,078

Fonte: RELATORIO REUNI/UFRGS, março 2012<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prograd/prograd-1/artigos/RelatorioREUNI2012.pdf>> Acesso em: 26/04/2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prograd/prograd-1/artigos/RelatorioREUNI2012.pdf>> Acesso em: 26/04/2019.

**Quadro 4:** Novos cursos

Ano	Cursos	Vagas
2008	Museologia, Engenharia de Controle e Automação, Fonoaudiologia	90 vagas ao total
2009	Museologia, Engenharia de Controle e Automação, Fonoaudiologia	120 vagas ao total, sendo 60 noturnas
2010	Engenharia de Energia	30 vagas
	História da Arte	30 vagas noturnas
	Biotechnology	30 vagas
	Tecnologia em Química Analítica	Sem vagas pré-determinadas porque se encontra dentro de um projeto diferenciado
	Políticas Públicas	50 vagas noturnas
	Engenharia Física	30 vagas
	Serviço Social	30 vagas noturnas
2012	Zootecnia	50 vagas
	Engenharia Hídrica	25 vagas
<b>Total</b>		485 vagas

Fonte: RELATÓRIO REUNI/UFRGS, março 2012<sup>5</sup>

**Quadro 5:** Curso em nova modalidade de formação

Ano	Curso	
2010	Tecnologia em Química Analítica	O curso foi proposto sem um número de vagas definido, dentro do processo de reorganização da área de química da Universidade. O processo propõe a extinção da oferta de vagas diurnas da licenciatura, de alta evasão, concentrando toda a oferta no turno noturno, com reorganização de vagas já iniciada na oferta do vestibular de 2009. No turno diurno, passam a ser oferecidas 70 vagas que, após um ano de estudos comuns, permitirá ao aluno a escolha por uma de três formações: Tecnologia em Química Analítica, Bacharelado em Química ou Química Industrial.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prograd/prograd-1/artigos/RelatorioREUNI2012.pdf>> Acesso em: 26/04/2019.

## Ampliação de vagas em cursos existentes

Acerca da ampliação de vagas, o Relatório Reuni UFRGS de 2012 traz os seguintes dados:

2008 – 30 Vagas em um curso, com remanejamento de 20 de outro, resultando em efetivo incremento de 10 vagas gerais;  
2009 – 111 Vagas em oito cursos, das quais, 45 noturnas; cabendo destaque para a implantação do turno noturno do curso de Psicologia, com 30 vagas e do aumento de 100% da oferta de vagas no curso de Nutrição;  
2010 – 205 Vagas em 12 cursos, das quais 135 noturnas, cabendo destaque para a implantação do turno noturno do curso de Odontologia e da oferta de 80 novas vagas noturnas para o curso de Administração, com um perfil formativo diferenciado para a gestão pública;  
2011 – 57 Vagas, das quais 5 noturnas (em curso de licenciatura), em diferentes cursos;  
2012 – Arquitetura 10 vagas, Ciências Jurídicas e Sociais 140 vagas, sendo 70 diurnas e 70 noturnas, Engenharia de Controle e Automação 3 vagas, Engenharia Física 6 vagas, Engenharia Metalúrgica 5 vagas, Farmácia 10 vagas, Letras- Bacharelado 4 vagas, Letras-Licenciatura 3 vagas, Medicina Veterinária 8 vagas, Música 4 vagas, Educação Física 4 vagas;  
Total - 580 vagas.

O principal impacto aqui descrito é justamente o notável crescimento da Universidade ao oferecer três vezes mais vagas durante os cinco anos de implementação do Reuni, provocando uma expansão numérica acentuada na UFRGS. Nesse sentido, é impossível negar que a Universidade mudou seu tamanho, bem como diversificou a oferta de cursos de graduação.

Na contramão do projeto inicial, a proposta de aumento de vagas no curso de Ciências Jurídicas e Sociais necessitou ser adiada, em função de espaço físico, e remodelada, em função de dinâmicas internas. Podemos notar que o aumento de oferecimento de vagas foi expressivo para o curso de Direito. Contudo, ao relacionarmos com a avaliação feita por um dos entrevistados, foi um dos cursos que mais sofreu com falta de infraestrutura, com conflitos internos da Unidade e com questionamentos sobre a forma como o programa foi implementado na UFRGS.

Outra modificação em relação à proposta de 2007 diz respeito ao projeto da Escola de Engenharia, que envolveria a criação de 4 perfis de Tecnólogos, totalizando 240 vagas. O primeiro elemento de reflexão se colocou em função de que o perfil docente proposto (professores de 20h, de forma que estivessem atuando na área profissional) resultou modificado pela definição do MEC de professor equivalente. Tal situação provoca uma redução no número de docentes com carga horária maior, o

que, de qualquer maneira, impacta negativamente o projeto de oferecimento dos cursos em turno noturno. Paralelamente, dois outros elementos são agregados à reflexão: a expansão da rede de Institutos Federais de Educação, Ciência E Tecnologia (IFETs) e o crescimento da demanda de engenheiros frente à situação do desenvolvimento nacional.

Após negociações entre a Escola de Engenharia e a Administração Central, houve uma reorientação da expansão de vagas para os cursos de Engenharia já existentes. Tal expansão, evidentemente, resultou também em redimensionar o volume de vagas projetado para cursos na modalidade tecnológica, com duração de três anos e meio, para cursos de duração de cinco anos. Com a alteração do projeto inicial, a expansão do Campus Litoral Norte ganha outra dimensão, onde os cursos tecnólogos passam a ser oferecidos, sempre com o cuidado de não entrar em conflito e competição com os IFTEs.

Resumindo, a criação de cursos tecnólogos previstos no documento inicial não ocorreu, bem como a vontade pedagógica de redução dos cursos de graduação na Universidade. No entanto, o Campus Litoral Norte pôde se tornar realidade na medida em que os currículos formativos tecnólogos foram transferidos para aquele Campus. De modo geral, o Campus Litoral Norte ainda tem estrutura precária, mesmo dez anos depois de sua criação.

Percebemos um cuidado na execução do programa na UFRGS, evidenciando o crescimento quantitativo e focando seus méritos em números. A UFRGS alcançou a maior pontuação entre todas as universidades federais do País, com o índice contínuo de 4,31, numa escala que vai de 1 a 5. A UFRGS melhora seu índice IGC, que, no passado, era 4,29. A avaliação corresponde ao ano de 2017. Na listagem geral, a UFRGS ocupa a segunda melhor posição.

## **Impactos Acadêmicos**

A UFRGS vem investindo, desde 2010, em ações que procuram conter as altas taxas de evasão e contenção nos cursos de graduação através de programas de orientação anterior ao ingresso ou orientação e suporte ao longo do curso, principalmente utilizando as Comissão de Graduação dos Cursos. Ações de extensão em disciplinas de alta repetência, como o Pré-Cálculo, ou o Projeto de Recuperação

por Estudos Intensivos (PREI). O PREI, por exemplo, consiste em um curso realizado em três semanas durante o período férias dos estudantes, disponibilizado a alunos que receberiam conceito de reprovação por deficiência de desempenho (excluindo, portanto, os reprovados por falta de frequência), que tem, na parte da manhã, três horas de atendimento de docente da disciplina seguidas de quatro horas de aplicação de exercícios na parte da tarde, com acompanhamento de monitores, alunos de graduação ou estagiários de docência de pós-graduação, e mais exercícios a serem realizados em casa. Ao final das três semanas, os alunos realizam prova no mesmo nível de dificuldade das provas usuais da disciplina e, logrando aprovação, têm seu conceito final alterado. A experiência tem revelado que, mais que evitar o represamento por reprovação, o projeto tem propiciado uma nova visão ao aluno de seu exercício de aprendizagem.

Outra ação implementada é o Programa de Apoio à Graduação (PAG), um programa acadêmico novo, proposto pela PROGRAD, o qual tem por objetivo a qualificação da graduação. Dois Projetos integram o Programa. O primeiro, PAG1, tem por objetivo apoiar a realização de estudos sobre retenção e evasão de alunos em cursos de graduação. Projetos disputaram a classificação em Edital que contempla a realização de diagnósticos, análises e experiências relacionados às questões de retenção e evasão, bem como propostas de ações para superação dos problemas diagnosticados, na perspectiva da dinâmica interna dos vários cursos de graduação da UFRGS. O segundo, PAG2, tem por objetivo apoiar os estudantes que necessitam de reforço no processo de ensino-aprendizagem em cálculo, física, química, português, inglês e produção de textos acadêmicos e científicos.

Acopladas às políticas de redução de retenção e evasão, desenvolvem-se, também, políticas de aproveitamento de vagas que resultam ociosas. A Universidade concentrou esforços em aprimorar os mecanismos de quantificação e origem de vagas ociosas, após pode aprimorar as normas internas que regulam formas de ingresso extra-vestibular predominantes (ingresso de diplomado, transferência interna e transferência voluntária). Desde 2011, a UFRGS diversificou as formas de ingresso na Universidade tentando aproveitar ao máximo possível as vagas ociosas. É importante lembrar que vaga ociosa e evasão de matrícula são os principais argumentos do MEC para redução de orçamento e fechamento de cursos de graduação.

Outra medida relevante que transformou a dinâmica do cotidiano da vida acadêmica na UFRGS foi a revisão da estrutura acadêmico-curricular dos cursos de graduação. A justificativa é a busca constante por qualidade e conformidade com as diretrizes curriculares definidas pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Durante o período de implementação do Reuni na UFRGS, foi imposta uma série de processos importantes que visaram a reestruturação acadêmica da graduação. Um dos esforços é o de integração de áreas, que oportuniza o melhor aproveitamento de recursos (humanos e materiais) e, especialmente, torna mais consistente o processo interdisciplinar de diferentes cursos. O elemento mais evidente deste esforço, porque se traduz em uma nova estrutura dentro da Pró-Reitoria de Graduação, é a estruturação de Coordenadorias. Podemos notar aqui alterações na forma de gerir os cursos, descentralizando decisões, no entanto, tornando mais rígidos os processos de alterações curriculares peculiares de cada Unidade.

A possibilidade de oferecimento de vagas noturnas de alguns cursos é decorrência direta da culminação de processo de reestruturação curricular, como são exemplos mais evidentes a Psicologia, que implantou uma oferta noturna em 2009, e a Odontologia, que teve aprovada a oferta noturna a partir de 2010. As duas situações dizem respeito à oferta de cursos inteiramente noturnos. A Administração, que já tinha oferta noturna de vagas, passa a ter esta oferta ampliada em mais 80 vagas para 2010, tendo como foco um perfil formativo na área pública e social, com vagas distintas no vestibular, de forma a garantir a execução de dois currículos diferenciados de um mesmo curso, no turno noturno. O curso de Ciências Econômicas, também, após processo de reorganização curricular, teve aumento de vagas, redistribuindo a oferta entre os turnos diurno e noturno, atendendo demandas represadas por um longo tempo. Outra medida, é uma concentração de oferta de vagas de licenciatura no turno noturno, atendendo demandas avaliadas nos últimos anos. Assim, os cursos de Química e de Filosofia passam a oferecer suas licenciaturas apenas em turno noturno; e o de História faz um aumento de vagas maior para a oferta noturna, embora mantenha ainda a oferta diurna.

Em decorrência da implementação do Reuni na UFRGS, o Curso de Educação Física apresentou uma reformulação significativa, mostrando longa reflexão da área. O curso, que tinha oferta de vagas em Licenciatura e Bacharelado, passa a oferecer, através do Concurso Vestibular, apenas vagas de Licenciatura, destinando vagas do Bacharelado através de duas formas de ingresso: permanência de alunos do curso na

Licenciatura ou ingresso de diplomado de alunos portadores do título de licenciado. A concepção desta modelagem parte da premissa de que todo o educador físico, atuando na escola ou fora dela, é, antes de mais nada, um educador e a formação inicial é, necessariamente, a de licenciado. É a mesma lógica que reveste a formação de um Licenciado em Enfermagem, onde o licenciado precisa, necessariamente, a formação do bacharelado.

A partir da implementação do Reuni, notamos a diversificação das modalidades de graduação na UFRGS, preferencialmente com foco na profissionalização precoce e especializada. A Universidade implanta, a partir de 2010, o curso de Tecnologia de Química Analítica. Esse curso é proposto de forma articulada a um conjunto de alterações na área de formação em química, a ponto de não possuir vagas diferenciadas no vestibular, adiando a definição do aluno pelo seu percurso para o segundo ano do curso.

Historicamente, a Universidade atuou com mais vigor no bacharelado e na licenciatura, com esparsas experiências na formação de tecnólogos. A alteração do projeto de 4 perfis de Tecnólogos da Escola de Engenharia se dá através do modelo de formação a partir do projeto de expansão para o Litoral Norte, que recebe a denominação de Campus Litoral, onde a emergência de possibilidades de formação torna os cursos tecnológicos uma das prioridades, com o cuidado de não se constituir em área de competição comunidade de IFET sediada nas proximidades.

Entretanto, mesmo dentro das modalidades mais tradicionais, a Universidade vem investindo na criação de cursos de bacharelado com base no art. 81 da LDB, como o de Análise de Políticas e Sistemas de Saúde (Bacharelado em Saúde Coletiva), proposto por um conjunto de IFES, no âmbito do Reuni. Outros exemplos são os de Políticas Públicas e de História da Arte, que permitem à Universidade o desenho de percursos formativos diferenciados no cenário nacional.

Outro impacto importante, resultante da implementação do Reuni, foi a busca por maior articulação entre a Educação Superior e a educação básica, profissional e pedagógica. Através da Coordenadoria de Licenciaturas (COORLICEN), passou-se a promover a aproximação entre as Licenciaturas da UFRGS e os sistemas de ensino locais. Dentro deste enfoque, a Universidade e a Secretaria de Educação do Estado assinam convênio em 29 de dezembro de 2006. Tal aproximação tem como objetivo a realização de estágio curricular e de práticas disciplinares para alunos regularmente matriculados nos cursos de Licenciatura da UFRGS, e, também, o oferecimento de

vagas em Programas de Educação Continuada aos professores da rede pública estadual, além de uma série de atividades como oficinas, projetos de extensão, projetos de pesquisa envolvendo docentes da Universidade e da rede, discentes da Universidade e da rede e comunidades.

A partir do segundo semestre de 2008, a Universidade implantou o Programa de Monitoria Acadêmica a Distância, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e com o Centro de Processamento de Dados (CPD). Desse modo, os alunos de graduação encontram mais um espaço de aprendizagem tanto para atuarem como monitores, como para receberem apoio aos seus estudos durante a realização da disciplina. Com o intuito de fomentar esses processos na UFRGS, a SEAD oferece aproximadamente 200 vagas, nesta primeira edição do Programa, para alunos de graduação em três modalidades: 1) disciplina a distância; 2) disciplina presencial; e 3) disciplina presencial que utiliza tecnologias EAD. O Programa vem evoluindo desde então e, atualmente, conta com mais de 200 bolsistas em exercício, trabalhando nas mais diversas áreas do conhecimento. Ele busca atender às demandas da comunidade acadêmica, dando suporte a professores e alunos. O objetivo deste Programa é contribuir para a qualidade da formação dos estudantes por meio da mediação dos monitores nos processos pedagógicos. Os alunos monitores têm a possibilidade de aprofundar os conteúdos estudados anteriormente nas disciplinas em questão e de desenvolver competências quanto à atividade docente. Dessa maneira, o monitor vivencia, de certo modo, a docência, compreendendo o funcionamento da EAD e construindo conhecimentos a respeito. É possível, também, iniciar o monitor em uma trajetória profissional como futuro tutor ou professor.

A partir da implementação do Reuni na UFRGS, foi criada a Resolução 19/2011 CEPE, com o intuito de reduzir as taxas de evasão e de melhorar o aproveitamento das vagas ocupadas, tornando mais rigorosa a avaliação de desempenho do aluno. Tal Resolução estabelece normas de acompanhamento do desempenho discente em seus respectivos cursos de graduação. A Resolução estabelece as condições em que o discente poderá estar sujeito à limitação da quantidade de atividades de ensino na matrícula, bem como a obrigatoriedade de sua matrícula ser realizada sob supervisão da Comissão de Graduação de seu curso. Ela regulamenta os procedimentos de acompanhamento do desempenho acadêmico dos discentes de graduação, procedimentos os quais serão realizados por meio dos seguintes dispositivos: controle

da quantidade de atividades de ensino matriculadas, matrícula sob supervisão da Comissão de Graduação, desligamento por jubramento e desligamento por insuficiência de desempenho.

Tal medida de controle de desempenho, criada pela PROGRAD, impactou de forma contundente uma parcela de estudantes que tem dificuldades de adaptação no curso ou que não consegue avançar no currículo por dificuldades pedagógicas. Os cursos de exatas foram os mais afetados, pois, historicamente, possuem altos índices de retenção e evasão.

### **Impactos Sociais**

O principal impacto trazido pelo Reuni na UFRGS se deu nas políticas de inclusão estabelecidas pela Universidade. A partir das garantias, através do sistema de reserva de vagas no Concurso Vestibular, se deu a ocupação de 50% das vagas de cada curso por estudantes egressos do ensino fundamental e médio oriundos de escolas públicas, sendo metade das vagas reservadas àqueles autodeclarados negros, bem como a permanência destes até a conclusão de os estudos. Também se deu a garantia de sistema de oferta de vagas em processo seletivo diferenciado para o ingresso de 10 estudantes indígenas por ano, em cursos selecionados, atendendo a demandas das comunidades indígenas. O processo seletivo de ingresso vestibular de 2018 passou a reservar vagas também para portadores de deficiência física e intelectual.

Além da garantia de reserva de vagas, há uma política de acompanhamento dos cotistas com vistas a viabilizar ações que possibilitem maior aproveitamento da vivência acadêmica e possibilite a permanência e a conclusão dos estudos, com foco especial aos cotistas indígenas, frente à necessidade de ambientação cultural conexas. Programas de Assistência Estudantil foram incorporados em busca da diminuição da evasão dos alunos. A Comissão de Implantação do REUNI/UFRGS decidiu por unificar os valores de todas as bolsas (existentes e de implantação com o Reuni). Ainda em 2008, tendo em vista a alta demanda por bolsas acadêmicas e uma menor procura por bolsas internamente denominadas de assistência, tomou-se a decisão de remanejo dessas bolsas para as de tipo acadêmico. O reforço na quantidade de bolsas acadêmicas também tem impacto na assistência, uma vez que elas representam

apoio financeiro, com o potencial, ainda, de reforçar o vínculo do estudante com sua área de formação e incidir na redução de índices de retenção e evasão.

Outra importante contrapartida social são as políticas de extensão universitária, dinamizadas após a implementação do Reuni na UFRGS. A atividade extensionista visa desenvolver e realimentar o ensino e a pesquisa, bem como viabilizar a relação entre Universidade e sociedade. Como processo acadêmico, está vinculada à formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o estudante como protagonista de sua formação técnica, buscando transformar os expectadores em sujeitos sociais, revelando o seu caráter emancipatório.

No atual período, as diversas áreas do conhecimento na UFRGS desenvolveram 912 ações de extensão com este viés, possibilitando troca constante de saberes: os da academia e os estabelecidos ao longo dos tempos pelas comunidades. Para exemplificar uma das ações, destacamos o PET-Saúde, programa do Governo Federal, que tem por objetivo permitir a estudantes de graduação o desenvolvimento de projetos na rede pública, bem como facilitar o processo de integração entre ensino e serviços de saúde. Outros objetivos do programa são: institucionalizar as atividades pedagógicas dos profissionais de serviço; promover a capacitação docente destes profissionais e estimular seu ingresso na carreira docente; promover a inserção das necessidades do serviço como fonte de produção de conhecimento e pesquisa na universidade.

A partir das políticas de inclusão sociais e raciais, podemos notar a ampla diversidade de alunos tendo a possibilidade de frequentar o Ensino Superior Público. Essas medidas impactaram na vida acadêmica e transformaram o padrão historicamente elitizado da Universidade Pública. Foi possível, a partir de então, a convivência entre as diferentes origens, tão inerentes à vida em sociedade, tornando o cotidiano acadêmico e pedagógico plural e rico em experiências.

### **Impactos na Infraestrutura Física e Humana**

A questão de pessoal, tanto docente quanto técnico, é a mais aguda no processo. A Universidade ainda se ressentida da lacuna de aporte de pessoal como contrapartida ao esforço de expansão anterior ao Reuni, que o próprio MEC entende

como etapa antecedente, denominando-a Programa de Expansão nas Sedes. No período em questão, a expansão de oferta de vagas foi da ordem de 17,62%.

**Quadro 6:** Vagas de Docentes

Ano	Projetado	Nomeados
2008	40	40
2009	94	94
2010	104	99
2011	112	80
2012	120	85

Fonte: Relatório Reuni/UFRGS 2012.

**Quadro 7:** Vagas de Servidores Técnicos

	2008	2009	2010	2011
<b>Previstos</b>	94	105	99	85
<b>Nomeados</b>	94	105	80	62

Fonte: Relatório Reuni/UFRGS 2012.

No mesmo período, o quadro de docentes sofre uma redução de 6,56%, com uma perda de 137 docentes, em números absolutos. Como o quadro de servidores apresenta grande diferenciação de cargos, optamos por apresentar apenas a situação docente.

Tal evolução gera uma explicável cautela, tanto no momento da própria apresentação das propostas ao Reuni quanto, no presente momento, na execução dos projetos previamente definidos, especialmente porque estão sendo criados perfis formativos substancialmente diferentes dos anteriormente existentes, demandando a captação de docentes com formação em áreas onde o quadro não apresenta quantitativos suficientes. Assim, exemplificativamente, as áreas de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Serviço Social requerem uma forte contratação de docentes com a formação específica nestas áreas, uma vez que, no quadro docente pré-Reuni, tal perfil era numericamente insignificante.

O Programa Reuni estipulou como meta global o aumento da relação professor-aluno para 1:18. No entanto, na UFRGS, o número proposto ficou acima do solicitado, 1:19,18. Aparentemente, uma relação baixa, porém que se expressa de forma diferente na prática, pois vemos denúncias de salas com 70, 100 alunos.

Quanto à infraestrutura, entre os anos de 2007 e 2012, houve forte investimento para a atualização da rede de dados, bem como sua priorização em função de que o CPD vem respondendo por uma grande demanda no processo de reestruturação da Universidade, especialmente no que diz respeito ao sistema acadêmico, que inclui o sistema de graduação. O fortalecimento do CPD garante desde a agilização de processos de registro acadêmico até o atendimento on-line de ações cotidianas de gestão, de demandas docentes e de demandas discentes – um exemplo que pode ser destacado é o de processo de matrícula pela web. Também o CPD vem dando suporte para as ações de EAD, que vêm sendo ampliadas, tanto em relação ao oferecimento de cursos à distância quanto no oferecimento de disciplinas à distância em cursos presenciais e que, no âmbito do Reuni, ainda recebe a inovação de monitorias em EAD.

As ampliações da estrutura físicas da Universidade se concentraram em dois Campus. Campus Centro: prédio para salas de aula teórica e apoio, sanitários, sala de estar estacionamento. No plano original de adesão ao Programa, existia o projeto de prédio anexo da Faculdade de Arquitetura, que nunca ocorreu. O prédio de salas de aula do Campus Centro, responsável por receber mais de 15 cursos de graduação, foi embargado pelo Ministério Público, em 2014, por problemas estruturais. Este foi o impacto mais negativo e significativo decorrente da ampliação de vagas e da expansão da UFRGS. Alunos tiveram que ser deslocados para fora da Universidade para terem condições de ter aula. Tal situação ficou sem solução até fevereiro de 2019. Campus Saúde: foram projetadas as construções de prédio para salas de aula práticas e teóricas, auditório, biblioteca, administração, estacionamento e laboratórios no prédio do ICBS, além da projeção de um prédio para salas de aula, salas de leitura e de estudos, salas administrativas, biblioteca, e sanitários. Infelizmente, os dois projetos de ampliação de espaço físico não correram.

As obras de infraestrutura física projetadas a partir do orçamento Reuni foram as mais afetadas quanto à sua realização. Tanto o atraso das obras quanto a não realização das mesmas afetaram profundamente o andamento das medidas de impacto descritas até o momento. A partir da ampliação de vagas, nos cinco anos de implementação de Reuni, a Universidade sofreu com a falta de infraestrutura básica para receber os alunos.

Em relação à ampliação de docentes, de técnicos administrativos e de infraestrutura física provocadas pela adesão ao programa Reuni, os impactos foram

expressamente negativos. Infelizmente, a proposta de Universidade de expansão ficou limitada nesses setores. Ocorreu alta precarização do trabalho docente e técnico-administrativo na relação proporcional à quantidade de alunos, além da estrutura de espaço acadêmico deficitária. O contexto de cortes econômicos impostos pelo MEC a partir de 2011 inviabilizou a realização de obras importantes para a Universidade, bem como incorreu na diminuição de nomeações de servidores. Podemos apontar, aqui, um dos grandes deméritos do programa ao não relacionar projetos ao orçamento fixo e comprometido vindo da União.

## **AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTOS DO PROGRAMA REUNI NA UFRGS**

A avaliação do programa Reuni na UFRGS foi organizada a partir de três categorias de análise: planejamento, implementação e impactos. A coleta dos dados se deu a partir de entrevistas com gestores que acompanharam o planejamento e a implementação do programa e que puderam acompanhar quais transformações que a política pública possibilitou em suas unidades de trabalho. Avaliamos o Reuni na UFRGS relacionando a experiência empírica dos entrevistados com a análise de documentos, buscando um parecer aprofundado do processo de constituição da política pública de expansão do financiamento da Universidade pública.

### **Planejamento**

A avaliação de políticas e programas governamentais é de grande relevância por fornecer subsídios às funções do planejamento, ao cumprimento das metas estabelecidas e à formulação das intervenções governamentais. O Programa Reuni, implantado nas Instituições Federais de Ensino Superior, foi constituído por objetivos, metas físicas e financeiras, fontes de financiamento, cronogramas de execução, entre outros.

Observamos que os desafios assumidos pelos gestores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram grandes, principalmente se tratando do curto espaço de tempo para pensar e decidir sobre o programa. Mesmo identificando problemas comuns de infraestrutura e de pessoal na fase de implantação e consolidação de metas pactuadas, a visão do programa, na opinião dos entrevistados, se reveste nas oportunidades oferecidas a uma geração distante de grandes centros, com a ampliação do acesso e da permanência na educação superior.

Entretanto, questionamos a ampliação do acesso com a otimização da estrutura física e de pessoal existentes na UFRGS, considerando a existência de cursos recém-criados em oportunidade do projeto Reuni, cujo principal problema existente é a falta de docentes e de pessoal técnico-administrativo. Esse fato corrobora à visão de Mariz (2007) ao considerar que duplicar a oferta de vagas e aumentar, em pelo menos em 50%, o número de concluintes, a partir de um

incremento de apenas 20% das atuais verbas de custeio e pessoal (excluídos os inativos), foi a indicação de que a reestruturação proposta no Reuni cobrou uma subutilização dos recursos existentes nas Universidades Federais. Dessa forma, é possível perceber que houve somente dois caminhos para o cumprimento da meta global: a aprovação automática ou a certificação por etapas de formação.

Ressaltamos que esses compromissos do uso mais eficiente dos recursos públicos integra a responsabilidade social da UFRGS em conjunto com a melhoria da qualidade do ensino. Nesse aspecto, ao se verificar a percepção dos gestores acerca do processo de constituição do Programa Reuni, especificamente na categoria planejamento, diversos fatores foram mencionados e identificados como metas ou processo de gestão, conforme discriminado no quadro a seguir, onde observamos a predominância de citações por parte dos entrevistados na relação aluno-professor, investimento e comunidade universitária.

**Quadro 8:** Análise do conteúdo da categoria planejamento com menção positiva

Categoria	Subcategoria	Unidade de Análise	Entrevistados			
Planejamento	Metas	Relação aluno-professor	x	x	x	x
		Evasão	x		x	
		Retenção				
		Conclusão de Curso				
	Gestão	Autonomia				
		Estratégia				
		Investimento	x	x		x
		Comunidade Acadêmica	x	x		x

Em relação às metas do Reuni, nenhum dos entrevistados acredita que a UFRGS conseguiu elevar para 90% a taxa de conclusão média dos cursos presenciais de graduação. Para alguns entrevistados, a relação entre retenção e evasão, é consequência do contexto sociopolítico em que cada curso de graduação está inserido. Já na questão da evasão, dois dos entrevistados afirmam que suas Unidades investiram muito em programas de permanência e controle discente, mas essa assistência deve vir atrelada à reestruturação acadêmica. A dimensão objetivada pelo Programa fica desidratada ao analisarmos as estruturas física e pedagógica da UFRGS como sistema de controle de evasão e permanência dos seus alunos.

Já quanto à meta estipulada para o aumento da relação professor-aluno nos cursos presenciais de graduação para 1/18, todos os entrevistados acreditam que não se atingiu o objetivo, sendo que, para alguns cursos de graduação, a relação professor-aluno ficou muito acima do estipulado pelo Programa. Para Lima et al. (2009), a elevação do número de alunos por turma e a criação de cursos de curta duração são uma forma de acelerar a formação e desvinculá-la da pesquisa, transformando as universidades públicas em meras “universidades de ensino”.

Na fala de um dos entrevistados, fica evidente que ocorreu uma precarização do trabalho docente:

*Nós, professores, temos que entender que trabalhamos em uma Universidade Pública, e, como toda coisa pública, não adianta queremos que tudo seja perfeito, pois nunca teremos. Eu entendo que precisamos compreender a precariedade do serviço público, inclusive quanto ao excesso de alunos por sala de aula.*

(Entrevistado 1)

Vemos um discurso conciliador, pois o objetivo de aumentar a relação professor aluno foi planejado e aceito no documento de adesão pela Universidade. No entanto, houve consenso de que o aumento da proporção professor-aluno não foi encarado como boa perspectiva para a Universidade como um todo.

A UFRGS aderiu ao programa Reuni em duas reuniões do seu Conselho deliberativo (CEPE), permitindo que as Unidades elaborassem seus projetos de acordo com suas capacidades de expansão, levando em consideração suas infraestruturas físicas e funcionais, preservando a autonomia de escolha. Nenhum dos entrevistados aponta que a autonomia de decisão das Unidades foi afetada por algum ato da Reitoria na ocasião do planejamento. Na fala de um dos entrevistados, foi visto com bons olhos o formato de adesão escolhido pela Reitoria: *“nossa Unidade viu na adesão do programa uma oportunidade muito boa de criar dois novos cursos, os quais tínhamos total clareza da que havia demanda da sociedade”* (Entrevistado 1).

Na elaboração do projeto do Reuni, nenhum dos entrevistados citara que houve alguma estratégia adotada para a elaboração pensada pela Reitoria ou Comissão do Reuni da UFRGS. Um dos fatores que ocasionou a falta de estratégia foi o curto prazo para a elaboração do projeto, conforme análise das entrevistas. Para Ferreira (1997, apud MINTZBERG; QUINN, 2003), a estratégia é uma ferramenta necessária na

administração, dado o processo acelerado de mudanças na economia, demandando por respostas cada vez mais céleres.

Um dos entrevistados, inclusive, menciona a falta de orientação técnica e de elaboração estratégica para a futura implementação do programa.

*A sensação que ficou, na época, é de que a nossa Unidade se jogou na possibilidade de investimentos financeiros. Pouco se discutiu internamente se a quantidade professores contratados seria suficiente, se a capacidade de pessoal técnico seria capaz de dar conta de demanda de atendimento e muito menos se pensou onde colocaríamos todos os alunos novos. A reitoria prometeu um prédio novo para nossa unidade, somente para nós. Veio um prédio dividido com toda a Universidade.*

(Entrevistado 2)

No que se refere ao investimento, três dos quatro entrevistados concordam que o Reuni devolveu às Universidades a capacidade de investir em infraestrutura e em equipamentos para atender as necessidades da comunidade universitária. Não só o Reuni possibilitou às Unidades atender às necessidades da comunidade universitária, como também envolveu todos no planejamento do programa, de acordo com os mesmos entrevistados, possibilitando uma efetiva participação na elaboração do projeto. Aqui, podemos verificar uma contradição, pois, numa das unidades de análise, os entrevistados verificam falta de estratégia técnica para a elaboração do projeto. Em outro momento, no entanto, verificamos que, apesar do pouco debate e da reflexão de como os investimentos seriam empregados. Houve consenso de que aderir ao programa devolveria à UFRGS a capacidade de investimento financeiro.

Após análise das entrevistas e dos documentos sobre a adesão ao Reuni na UFRGS, podemos depreender que o processo de planejamento foi prejudicado devido, principalmente, ao curto prazo para apresentação das propostas ao MEC. No período de abril de 2007, mês de instituição do Reuni, a novembro do mesmo ano, prazo final para apresentação das propostas ao MEC, aconteceram poucos debates nas Unidades envolvendo a comunidade universitária quanto à adesão ou não ao Reuni. Com base nas sugestões apresentadas e nas diretrizes do Programa, as Unidades elaboraram os projetos, levando em consideração estruturas física, funcional e acadêmica existentes, com o objetivo de expandir a oferta de vagas no ensino superior e de reestruturar seus projetos pedagógicos. No entanto, não vimos nos documentos de adesão, um planejamento claro ou um cronograma de ações que

pudessem dar sustentação para a efetividade do desenvolvimento do programa na UFRGS.

## Implementação

Avaliando a categoria Implementação, observamos, com exceção da unidade de análise Recursos Humanos, uma maior concentração de citações positivas nas outras unidades de análise, conforme disposto no quadro a seguir.

**Quadro 9:** Análise de conteúdo da categoria implementação com menção positiva

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Unidade de Análise</b>	<b>Entrevistados</b>			
<b>Implementação</b>	<b>Infraestrutura</b>	Equipamentos	x	x	x	
		Obras/Construção	x	x	x	x
	<b>Concursos</b>	Docentes	x	x		x
		Técnicos-Administrativos	x		x	x
	<b>Gestão Administrativa</b>	Recursos Humanos	x	x		x
		Recursos Financeiros	x			x

Na subcategoria Infraestrutura, quase todos os entrevistados acreditam que os recursos financeiros oriundos do Reuni permitiram que as Universidades investissem em equipamentos e em material de consumo, melhorando as condições de trabalho de técnicos e docentes, assim como as práticas de ensino. Ainda dentro dessa subcategoria, todos os entrevistados classificam o investimento em obras como ponto principal do Reuni, tendo em vista o volume recebido de recursos financeiros, o que possibilitou a construção de novas instalações e a reforma de outras já existentes. No entanto, os mesmos entrevistados responderam que a maior dificuldade financeira na implementação do Reuni refere-se às obras. Esse fato é justificado pela falta de cultura de se planejar detalhadamente os projetos, bem como da inexistência de um quadro suficiente de servidores especializados. Tais dificuldades são consequências do planejamento incipiente visto na avaliação anterior. Assim, existe a obrigatoriedade de que as Universidades devem contratar empresas para executar as obras, que, na maioria das vezes, precisam passar por ajustes, o que ocasiona atrasos na disponibilização dos espaços físicos.

Um dos entrevistados chegou a citar as dificuldades na implementação do curso por falta de espaço físico e material: *“olha um dos nossos cursos teve muita dificuldade no início porque não tinha material para aulas práticas. Além da falta de material técnico, esbarrávamos no conservadorismo de alguns colegas docentes ao resistirem em investir no novo curso”* (Entrevistado 1). Podemos depreender que o Reuni não teve consenso na comunidade acadêmica, pois podemos citar outra fala de gestor envolvido na implementação do programa que denuncia isso:

*A UFRGS não se preparou de fato para a quantidade de alunos que iria receber. Na prática, os primeiros anos foram horríveis para o nosso curso, pois aumentou em mais de 50% de vagas, e não tínhamos nem prédio de aulas para acomodar os alunos. Passamos os anos de 2014, 2015 e 2016 no sufoco.*

(Entrevistado 2)

Já na subcategoria Concursos, três dos quatro entrevistados concordam que a contratação de novos servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, aconteceu de forma satisfatória. Percebemos na fala dos professores que existe uma dificuldade inerente ao serviço público esbarrando em eficiência, principalmente ao se tratar da criação de novos cargos públicos.

Dois ações do Governo Federal contribuíram para estabilizar o passivo de pessoal nas Universidades, que formaram a integração do banco de professor-equivalente e o Quadro de Referências dos Servidores Técnico-Administrativos (comumente chamado de banco de técnico-equivalente). Entretanto, ressaltamos que, apesar do Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos das IFES - QRSTA, objeto do Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010) possibilitar a reposição automática de vagas por meio de Concursos Públicos, a reposição só é permitida para os cargos efetivos dos Níveis de Classificação “C”, “D” e “E”, desde que estes não estejam em extinção ou extintos.

Os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” foram apurados a partir da extração do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), sendo que todos os códigos de vagas desocupadas foram remanejados para o Ministério da Educação para posterior redistribuição dessas vagas entre as IFES, para reposição do quadro de cargos extintos ou para possíveis ajustes decorrentes da expansão dos quadros das Universidades. Os

cargos de nível "A" e "B", caracterizados na categoria de apoio, com poucas exceções, foram considerados extintos e sem possibilidade de reposição.

No entanto, os professores da Faculdade de Educação, por exemplo, se colocaram contrários à implementação do programa como um todo e não fizeram projeções para inclusão na sua unidade. Porém, como a unidade recebe todos os cursos de licenciatura, precisou forçadamente, aumentar a oferta de matrícula. Com o projeto Reuni, apenas 10 vagas de docentes foram disponibilizadas para atender a ampliação, das quais 3 foram destinadas ao Departamento de Estudos Especializados, no qual as matrículas aumentaram em, pelo menos, 11,9%. No período de 2007 a 2012, as matrículas totalizaram o expressivo e assustador percentual de 68% no aumento total de vagas.

Em relação à implementação do Programa, a UFRGS delegou às suas Pró-Reitoria a execução das ações propostas nos seus projetos, tais quais: construção de novas instalações e reformas das já existentes (salas de aula, laboratórios de pesquisa, gabinetes para professores, restaurantes universitários, salas administrativas, aquisição de material de consumo) e de novos equipamentos para os laboratórios de pesquisa, para atividades administrativas e docentes e para atividades de ensino; manutenção dos campi; e realização de concursos e contratação de pessoal docente e técnico-administrativos.

Apesar dessas ações terem sido executadas, notamos que houve atrasos em algumas delas, principalmente no que se refere às obras e à contratação de pessoal, com ênfase nas ações planejadas para o ano de 2011. A impossibilidade de distribuição de códigos de vagas para contratação de docentes dificultou o andamento do programa, principalmente com a mudança de regras para a contratação de professores substitutos e com a instituição de uma nova figura jurídica criada no âmbito da Lei nº 8.745/1993, que trata da contratação de Professores Temporários para suprir a falta de vagas de professores efetivos. A Portaria MEC nº 196/2011 autorizou a realização de processo seletivo simplificado para a contratação desta categoria de Professores para atender a demanda do Programa Reuni.

Para dois dos entrevistados a implementação dos Recursos financeiros recebidos pelo MEC, através do programa Reuni, foram satisfatórios. De acordo com a fala de um deles, os recursos financeiros advindos do programa foram positivos para sua Unidade: *“para a nosso Campus foi muito positivo, porque dinamizou a comunidade acadêmica, trouxe novamente a capacidade de investir em nosso campus com dois*

*novos cursos e os alunos conseguiram que o Restaurante Universitário seja uma realidade” (Entrevistado 3). Apesar dos atrasos e da pouca transparência de implementação para com a comunidade acadêmica. Inclusive esse é um dos questionamentos levantados na fala de um dos entrevistados: “a gente sabe que houve muitos recursos financeiros para dar suporte a expansão da UFRGS, no entanto conseguimos ver mais alunos, mais professores e técnicos, mas não estrutura física para comportar todos esse pessoa” (Entrevistado 2).*

Todo o processo de implementação do Reuni na UFRGS foi recheado de polêmicas, de movimentos contrários e de defensores do programa. A comunidade acadêmica ficou muito dividida sobre o futuro e os impactos que o programa poderia provocar, tanto positivamente quanto negativamente. O debate e as discussões sobre os benefícios e sobre os pontos negativos do programa foram anêmicos junto à Reitoria. O verniz de implementação que a Reitoria pintou foi de democracia e diálogo, através da liberdade das Unidades em aderir ou não ao programa. Mas não basta somente dar a opção de escolha; era necessário informar, esclarecer e dialogar. Os projetos de implementação levados ao MEC foram minimamente orientados para que as Unidades tivessem dimensão de como o programa poderia impactar a todos.

## **Impactos**

Na concepção dos entrevistados, o Programa REUNI é uma política de expansão de vagas e de reestruturação acadêmica que possibilitou às Universidades Federais voltar a crescer e a expandir o acesso ao ensino superior

Avaliando a categoria Impactos e suas subcategorias, observamos a frequência de citações positivas discriminadas quanto a menções das palavras-chave que formaram as unidades de análise, como pode ser observado no quadro a seguir.

**Quadro 10:** Análise de conteúdo da categoria Impactos com menção positiva

Categoria	Subcategoria	Unidade de Análise	Entrevistados			
Impactos	Sociais	Democratização do acesso	x	x	x	x
		Políticas de manutenção social e renda	x	x	x	x
	Expansão de vagas	Demanda	x	x	x	x
		Matrícula	x	x	x	x
		Reaproveitamento de vagas ociosas				
	Acadêmicos	Reestruturação Acadêmica		x		
		Extensão		x		x
		Ensino	x	x	x	x
	Infraestrutura	Física	x			
Tecnológica			x			
Gestão Administrativa	Estrutura funcional			x	x	
	Recursos Financeiros			x	x	

Na subcategoria Impactos Sociais, todos os entrevistados afirmam que o Programa Reuni foi positivo para a democratização de acesso à UFRGS. Conforme a fala de um dos entrevistados,

*o Reuni foi extremamente positivo para nossa Unidade. Eu avalio como muito bom, porque dinamizou nossa comunidade acadêmica. Trouxe diversidade ao nosso campus, sempre tão isolado e conservador. Por isso avalio os impactos do Reuni, na UFRGS como muito bons.*  
(Entrevistado 1)

Já outro entrevistado vê o programa com bons olhos, mas com menos entusiasmo:

*O Reuni poderia ter sido mais bem planejado e utilizado de maneira mais consciente por nossa Universidade. Mas não estamos isolados e fomos atingidos por uma série de contratempos para sua implementação. Mesmo assim avalio o programa como positivo pela iniciativa de revigorar a Universidade Pública.*  
(Entrevistado 4)

Ao tratarmos sobre as unidades de análise Democratização do acesso e Políticas de manutenção social e renda, um dos entrevistados viu positivamente a iniciativa de democratizar e reunir esforços quanto à permanência dos alunos mais carentes, mas com ressalvas:

*Nosso curso mudou muito após a implementação do Reuni. O perfil do nosso aluno mudou, pois existe uma diversidade nunca antes vista. Nosso curso sempre teve um perfil muito conservador. No entanto, não acredito que a forma como foi conduzida essa expansão foi responsável, porque muitos dos alunos que entram na UFRGS não tem reais condições de se manter estudando, principalmente num curso como o de Direito.*

(Entrevistado 2)

O programa Reuni, sobretudo, objetivou a expansão de vagas no ensino superior, e podemos considerar esta como uma intervenção governamental para atender às expectativas da sociedade. Na subcategoria Expansão de vagas, todos os entrevistados declararam que suas Unidades levaram em consideração as Demandas da sociedade e delas próprias. Para todos os entrevistados o impacto da expansão de vagas foi positivo para a sociedade e para a própria Universidade.

Todos os entrevistados entenderam que o aproveitamento das matrículas em decorrência da expansão de vagas foi satisfatório. A UFRGS teve o cuidado de mudar sua política de organização acadêmica para aproveitar o maior número de matrículas possíveis. Cursos como o de Direito, por exemplo, tradicionalmente não tem ocorrência de desperdício de vagas. Mesmo assim, conforme a fala de um dos entrevistados: *“a Comissão de Graduação do Curso, tomou os cuidados para manter o curso com o máximo de vagas ocupadas”* (Entrevistado 2). Cursos como o de Dança, por exemplo, diversificaram o acesso através de processo seletivo de ingresso de diplomado, em função do perfil do aluno pretendido. De maneira geral, os entrevistados viram como positivas as iniciativas da Pró-Reitoria de Graduação da UFRGS ao reorganizar o calendário acadêmico e ao orientar quanto a novas modalidades de aproveitamento de vagas.

Além da expansão de vagas, o Reuni teve como outro objetivo a reestruturação acadêmica, originado de um diagnóstico situacional produzido pelo governo. Percebemos nas entrevistas que a maioria dos entrevistados não tinha claro esse objetivo do Programa. Somente um dos entrevistados, justamente o que fez parte da gestão de implementação de novos cursos e currículos, apontou que essa reestruturação é muito importante para a melhoria da qualidade de ensino e que ela se fez presente durante os anos de implementação, impactando ainda hoje. Podemos concluir que a reorganização acadêmica pretendida pela Reitoria da UFRGS não ficou suficientemente clara para os gestores em suas respectivas Unidades, refletindo um problema de comunicação entre a administração central e as Unidades de ensino.

Nesse sentido, é importante pensar por qual razão os gestores, que acompanharam a implementação e o desenvolvimento do programa em suas respectivas Unidades, enxergam com clareza algumas ações, como o reaproveitamento de vagas, mas não conseguem enxergar que houve toda uma reestruturação acadêmica muito mais ampla.

Na subcategoria Impactos acadêmicos, todos os entrevistados consideram que a UFRGS vem se adequando as práticas de ensino conforme as necessidades atuais dos Alunos, tendo em vista as novas ferramentas tecnológicas disponíveis. Para atender a essas necessidades, a Universidade está investindo em novas ferramentas tecnológicas e reformulando, ainda que lentamente, seus projetos pedagógicos. Os entrevistados afirmaram que o Programa Reuni deixou marcas positivas após sua implementação, fomentando muitos dos cursos e proporcionando às Unidades a possibilidade de criação de cursos que a sociedade vinha demandando, bem como repensando seus projetos políticos pedagógicos de forma mais planejada e integrada às expectativas da Universidade como um todo.

Na subcategoria Infraestrutura, dividimos a avaliação em duas unidades de análise: infraestrutura física e infraestrutura tecnológica. Em ambas, os entrevistados viram melhorias proporcionadas pelo Reuni, mas com algumas ressalvas. O desenvolvimento tecnológico da Universidade foi mencionado como positivo por somente um dos entrevistados, bem como somente um deles viu como positivo o desenvolvimento da estrutura física da UFRGS. De modo geral, os investimentos das instalações e a construção de salas e laboratório ficou a desejar.

Um dos entrevistados relatou dificuldades quanto ao desenvolvimento da expansão do curso em função da capacidade de espaço físico reduzida:

*Passamos por muitas dificuldades no curso de Direito, porque não havia espaço físico suficiente para receber as aulas do curso. O prédio de aulas construído para receber o volume extra de alunos foi interditado em 2014, causando uma série de problemas de continuidade dos semestres. Foram momentos tensos porque realmente não sabíamos onde iríamos alocar nossas disciplinas.*

(Entrevistado 2)

A partir da avaliação da subcategoria Infraestrutura, notamos que os investimentos direcionados ao suporte de estruturas física e tecnológica impactou negativamente a comunidade acadêmica. Os investimentos financeiros não foram suficientes e não supriram a demanda de expansão da Instituição. Outro aspecto que

podemos levar em consideração é o de que a administração central e a comissão de implementação do programa Reuni não esclareceram como ou para onde os investimentos seriam destinados. Como consequência, os impactos que as expansões físicas provocaram foram duramente questionados pela comunidade acadêmica e resultaram em falta de espaço físico básico para a realização de aulas dos cursos de graduação.

Outro impacto analisado diz respeito a gestão administrativa. Na unidade de análise Estrutura funcional, os entrevistados entenderam que o programa impactou na Universidade, mas não necessariamente de forma positiva, principalmente em relação aos servidores técnico-administrativos. A UFRGS tinha um passivo muito grande de servidores, ocasionando, devido à expansão de vagas, um aumento significativo no número de contratação de servidores terceirizados. Na fala dos entrevistados, não há conhecimento se a gestão dos recursos humanos e financeiros foi estrategicamente pensada. No próprio documento de adesão não constam planos ou cronogramas de aplicação dos recursos humanos para além dos docentes.

Além dos impactos nas estruturas física e funcional, o Programa desencadeou uma série de mudanças institucionais, orientadas por uma aparente mudança de paradigma sobre as funções da universidade pública. Também há consenso entre os entrevistados de que o programa foi extremamente positivo para a Instituição, tendo em vista que a UFRGS voltou a contratar servidores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, revitalizando, assim, o atendimento a comunidade acadêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não se propõe em esgotar as análises e reflexões acerca do programa Reuni na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O seu objetivo foi avaliar o programa como política pública ligada à educação superior a partir dos impactos na comunidade acadêmica, bem como na gestão administrativa da Universidade.

Dentre as metas globais do programa, estão a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos presenciais de graduação e a relação proporcional professor-aluno, de 1:18, as quais podemos verificar, apesar dos esforços da Universidade, que não foram atingidas na UFRGS. Além disso, objetivou-se a criação de condições para ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes na UFRGS, a promoção da reestruturação acadêmico-curricular e a renovação pedagógica da educação superior. Nesse sentido, os objetivos foram alcançados em parte.

Após as análises dos documentos de adesão ao programa, relacionando-os aos dados coletados nas entrevistas, foi possível concluirmos que não houve efetivo planejamento estratégico e dialogado com a comunidade acadêmica. O diálogo e a comunicação entre as Unidades interessadas em aderir ao programa e a Reitoria da UFRGS foi pueril. As decisões envolvendo toda a Universidade foram tomadas em duas reuniões do Conselho, Pesquisa e Extensão (CEPE), e pouco se discutiu sobre quais seriam as melhores estratégias de investimento e implementação do Programa na UFRGS. Indiscutivelmente, a injeção financeira na Instituição não foi questionada, mas a forma como foi implementada e os impactos gerados pela falta de planejamento estratégico não foi consensual.

Dentre as análises do processo de implementação do programa Reuni na UFRGS, observamos o limite imposto pelo contexto político econômico entre os anos de 2008 e 2012. A UFRGS apresentava uma defasagem histórica em seu quadro funcional, tanto de servidores docentes quanto de técnico-administrativos. Este fato dificultou o processo de implantação do Reuni quando consideramos o quadro já reduzido de servidores para atender as demandas existentes, bem como o atraso ocorrido na liberação das vagas pactuadas no programa para atender às novas

demandas geradas no âmbito acadêmico e administrativo, uma consequência do aumento do número de novos alunos ingressantes pela expansão da oferta de vagas.

Os impactos resultantes do Reuni na UFRGS podem ser divididos em positivos e negativos. Positivamente, verificamos que houve diversidade na oferta de cursos de graduação e o acesso a Universidade Pública verdadeiramente se fez ao efetivar as cotas sociais no vestibular. Quanto aos impactos negativos, o fator agravante foi a infraestrutura precária da UFRGS. A Instituição, há muitos anos, não recebia recursos financeiros para investir na construção de novas instalações e na manutenção das já existentes. Com a chegada de novos alunos, a Universidade teve que, em muitos casos, improvisar suas instalações para transformá-las em salas de aula, pois os recursos financeiros previstos no Reuni não foram suficientes para sanar a demanda de infraestrutura física.

Ao avaliarmos o Reuni na UFRGS, foi possível concluirmos que o prazo de término do projeto, em 2012, não foi suficiente para que se atingisse todas as metas estipuladas ao início deste, em 2008, havendo sinalização entre os entrevistados para busca de alternativas para repactuação das estruturas operacional, financeira e de pessoal e, conseqüentemente, das metas propostas. A comunidade acadêmica da UFRGS se ressentiu da falta de clareza em relação ao uso do financiamento advindo do programa, sentindo, no dia-a-dia, a precarização das infraestruturas física e humana conseqüente da expansão acadêmica curricular em descompasso com a expansão física e tecnológica anêmica.

A avaliação apontou que não houve um processo de planejamento institucionalizado, por isso, seus projetos de adesão ao Reuni foram elaborados para atingir as metas pactuadas, principalmente às quantitativas, com poucas ações conectadas a seus objetivos. Poderia ter sido diferente se o planejamento de expansão tivesse sido feito anteriormente ao Programa. Dessa forma, teríamos um projeto de adesão mais amplo, com ações conectadas a seus objetivos, podendo alcançar resultados mais significativos em relação às metas do Programa.

Apesar da estrutura e do aparato que envolveu o programa Reuni, avaliamos que as ações se direcionaram para o compromisso com a expansão de vagas na graduação em detrimento da reestruturação acadêmica proposta. Portanto, o processo de implantação das ações propostas pode comprometer a qualidade do ensino, uma vez que a prioridade foi de se atingir as metas quantitativas do Programa.

## REFERÊNCIAS

- ADULIS, D. O uso do Marco Lógico na gestão e avaliação de projetos. **Revista do Terceiro Setor**. São Paulo: RITS -Rede de informações para o terceiro setor, dez, 2002. p. 29-45.
- ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 44-55.
- \_\_\_\_\_. Tendências no estudo sobre avaliação. In: E. M. Rico (Ed.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 out. 1988. Brasília, DF: 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação. Brasília, 20 de julho de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-010/2010/Decreto/D7232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/D7232.htm)>. Acesso em: 03/04/2019.
- BRASIL. nº 6.096, 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 13/05/2019.
- CARVALHO, S. N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.
- CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação**. Brasília: IPEA, 2010. (Nota Técnica)
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFRGS. Parecer nº 276/2007. Referente ao plano da universidade para implementação do programa REUNI. Assinado por Vladimir Pinheiro do Nascimento e outros. 12p.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21/08/2018.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.861, 14 de abril de 2004. Estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21/08/2018.
- \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm)>. Acesso em: 21/08/2018.

- \_\_\_\_\_. Portaria nº 130, de 14 de julho de 1993. Cria a Comissão Nacional de Avaliação. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1168378/pg-73-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-07-1993>>. Acesso em 07/09/2018.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 990, de 02 de abril de 2002. Estabelece as diretrizes para a organização e execução da avaliação das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21/08/2018.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21/08/2018.
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, vol. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.
- COTTA, T. C. S. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. **Revista do Serviço Público**, vol. 52, n. 4, p. 89-110, 2001.
- DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2009. p. 99-129.
- FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, out, p. 97-109. 2005.
- FERNANDES, A. S. Políticas Públicas: Definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, H.; JUNIOR, J. P. M. (Orgs.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007. p. 203-226.
- KAMINSKI, A. L. R. **Desafios Metodológicos para Avaliação**. Brasília: IPEA, 2018.
- LIMA, A. B.; MARQUES, M. R. A.; SILVA, S. M. Reforma e qualidade da educação no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, p. 181-197, 2009.
- LIMA, K. R. S. **A reforma do Estado e da educação no governo Fernando Henrique Cardoso**: o Enem como mecanismo de consolidação da reforma. São Carlos: UFSCAR, 2006.
- LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O Processo de Bolonha, a Avaliação da Educação Superior e Algumas Considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. Campinas, 2008.
- MARIZ, T. F. REUNI – para onde caminha a Universidade? 2007. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/reuni/artigo\\_thompson.pdf](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/reuni/artigo_thompson.pdf). Acesso em: 19 de abril de 2019.
- MINAYO, M. C. de S. Conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, M. C. DE S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Eds.). **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p.19-51.
- MEC. Ministério da Educação. REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18/08/2018

- MEC. Ministério da Educação. REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, 2010. VIII Seminário Nacional do Reuni: Universidades Federais: Consolidação e Expansão 2011-2020: subsídios para o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/seminarios/141-viii-seminario-nacional-do-reuni-universidades-federais-consolidacao-e-expansao>> Acesso em: 13/05/2019.
- MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O Processo de Estratégia**. Trad. James S. Cook. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2010.
- PALMAS FILHO, J. C. Impactos da globalização nas políticas públicas em educação. **Política Educacional**. 1 ed. São Paulo: Páginas Letras Editora e Gráfica Ltda., 2007, v. 01 p. 7-20. Disponível em: <[http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/36/4/D03\\_Impactos\\_Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/36/4/D03_Impactos_Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf)> Acesso: 02/03/2019
- PENNA FIRME, T. Avaliação em rede. **Revista do Terceiro Setor**. São Paulo: RITS - Rede de informações para o terceiro setor, dez, 2003. p. 05-12.
- RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.
- RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: RUA, M. G. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-752.
- SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, p. 29-57, jan-abril. 2019.
- SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.
- SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L. **Políticas públicas: desenvolvimento local**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15-38.
- SILVA, L. M. V. Avaliação do processo de descentralização das ações de saúde. **Ciência e Saúde coletiva**, vol. 4, n. 2, p. 331-339, 1999.
- SOLA, L. Estado, transformação econômica e democratização. In: SOLA, L. (org.). **Estado, mercado, democracia. Política e economia comparada**. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 15-38.
- TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.
- TRINDADE, H. A república em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 819-844, out. 2004.
- UCHIMORA, K.; BOSI, M. L. Qualidade e subjetividade na avaliação de programa e serviços em saúde, **Caderno de Saúde Pública**, 18(6), p. 151-169, 2002.

UFRGS, **RELATÓRIO REUNI/UFRGS**, março 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/prograd/prograd-1/artigos/RelatorioREUNI2012.pdf>  
Acesso em: 26/04/2019.

## OBRAS CONSULTADAS

- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- AGUIAR, M. A. S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação & Sociedade**, v. 13, n. 112, p. 707-727, jul/set. 2010.
- AKERMAN, M.; MENDES, R.; BOGUS, C. M. É possível avaliar um imperativo ético? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 605-615, 2004.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, jan/abr. 2019.
- ANDRADE, M. M. Avaliação como instrumento de gestão da qualidade da educação superior. [S.l.: s.n], 2009. Trabalho apresentado no **19º EPENN**, João Pessoa, 05 a 08 de julho de 2009.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- CHAUÍ, M. A Universidade Operacional. In: **Cadernos de textos**. 1a Assembleia Universitária da UNESP. Campus Bauru –SP, de 30/03 a 02/04/2000. p. 31-34.
- DESLANDES, S.F. **O Impacto da Violência na Emergência Hospitalar**. Centro Latino-Americano de Estudos sobre a Violência e Saúde "Jorge Careli". Relatório Final de Pesquisa. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 1997.
- DOURADO, L. F. Reforma do estado e as políticas para a educação superior nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 235-253, abr. 2019.
- Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003
- GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan/jun. 2001.
- FINKLER, L.; DELL'AGLIO, D. Reflexões sobre avaliação de programas e projetos sociais. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 38, pp.126-144, jan./jun. 2013.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.
- LEONARDO E SILVA, F. Reflexões Sobre o conceito e a função da universidade pública. **Revista Estudos Avançados** – USP, vol. 15, 2001. p. 281-304.
- MELLO, A. F.; ALMEIDA FILHO, N.; RIBEIRO, R. J. Por uma Universidade Socialmente Relevante. **Atos de Pesquisa em Educação** – Programa de Pós-Graduação em Educação/FURB, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 292-302.

- OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época; v. 11)
- SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. V I. Brasília: ENAP, 2006.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, 2006. p. 20-45.
- THOENIG, J. A avaliação como conhecimento utilizável para reformas de gestão pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 54-70, jan/abr. 2000.
- WANDERLEY, L. E. **O que é Universidade**. São Paulo/SP. Editora Brasiliense, 1983.

## ANEXO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública (UAB)

“O Reuni como política pública de financiamento da expansão da Universidade Pública aplicado na UFRGS”

### Roteiro de entrevista

- Nome:
- Unidade/Curso:
- Cargo na UFRGS:
- Qual sua opinião sobre o Reuni?
- Como se deu a decisão de aderir ao programa na sua Unidade?
- Quais os trâmites administrativos para efetivar a adesão?
- A Reitoria ofereceu suporte técnico de orientação para efetivar administrativamente a adesão?
- Houve planejamento para a constituição do programa na sua Unidade? Como se deu esse planejamento?
- Porque a Unidade entendeu que seria a oportunidade de ampliar vagas oferecidas ou de criação de curso naquele momento?
- Como a comunidade acadêmica da sua Unidade recebeu a adesão ao programa? Houve resistência?
- Houve reuniões entre docentes, discentes e técnicos para as tomadas de decisão? Se sim, como foram?
- Como gestor diretamente envolvido no cotidiano da sua Unidade Acadêmica, qual sua opinião sobre a execução do programa na UFRGS? E na sua Unidade?
- Como você acha que a comunidade acadêmica avaliou a ampliação de vagas ou do novo curso nos primeiros anos de REUNI?
- Como você avalia a estrutura oferecida pela Universidade para suportar a expansão de vagas?
- Como o curso oriundo do Reuni está no momento?

- Ao seu ver, quais os impactos positivos do REUNI na UFRGS?
- Ao seu ver, quais os impactos negativos do REUNI na UFRGS?
- Há algo mais que você gostaria de acrescentar sobre o tema?